



JOSÉ VIEIRA DA SILVA, MINISTRO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

As IPSS não são escudo protetor do Estado

José António Vieira da Silva, 63 anos, é o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social do XXI Governo Constitucional, estando de regresso a funções que já exerceu entre 2005 e 2009. Considerando o retorno vantajoso pelo “conhecimento e proximidade aos problemas e aos dossiês”, realça que “a situação é muito diferente”.

“Os tempos são muito diferentes, as dificuldades também e as condições de exercício destas funções são distintas, mas encaro tudo com normalidade”, sustenta o ministro, observando que é importante reforçar a cooperação com as instituições da Economia Social, mas deixa um aviso: “Não vejo as instituições sociais como entidades nas quais o Estado delega competências e que o Estado, de alguma forma, usa como escudo protetor face às suas responsabilidades”. Entrevista para ler nas páginas centrais.



CASAL POPULAR DA DAMAIA
Processo solidário
em curso há 41 anos



HUMANITAS
É preciso encontrar soluções
em conjunto com o Estado



OLIMPÍADAS SENIORES
Competição desportiva
promove convívio entre idosos

Menores não-acompanhados – a CNIS a estender a sua missão junto de quem mais precisa

Ana Rodrigues/Gabinete de Apoio Técnico da CNIS

Num momento da História mundial em que se condenam pessoas por servirem chá e biscoitos a refugiados, como aconteceu na Dinamarca, se atacam crianças refugiadas com gás lacrimogénio, como sucedeu na Macedónia, ou se devolvem pessoas à procedência sem cuidar da sua necessidade de protecção, como a União Europeia tem recentemente feito, à laia de solução para a deslocalização do problema, Portugal tem tentado, como pode, honrar a tradição de acolhimento por que ficou conhecido em outros momentos da História – seja quando recebeu crianças austríacas na II Grande Guerra, seja quando soube integrar mais de meio milhão de pessoas aqui chegadas no período de descolonização pós-25 de Abril. Através dos seus cidadãos, através da sociedade civil, através das instituições, através dos decisores políticos, tem, de facto, tentado – e tem-no feito por várias vias, quer no quadro das decisões de recolocação de refugiados ao nível da União Europeia, quer mostrando a sua disponibilidade para o acolhimento no quadro do estabelecimento de relações bilaterais com os países mais assolados por esta crise, quer ainda enviando uma mensagem de esperança e de determinação a todos aqueles que esperam por quem lhes dê a mão.

E, no âmbito desta que é a maior crise humanitária vivida na Europa desde a II Guerra Mundial, com refugiados a tentarem a sua sorte e a jogarem a vida nessa tentativa, a CNIS decidiu, desde a primeira hora, chamar a si a obrigação de agir, enquanto representante do sector social e solidário, mas também enquanto agente efectivo de acção social e de solidariedade. Fê-lo, inicialmente, através da Plataforma de Apoio aos Refugiados, mobilizando as IPSS para se tornarem instituições de acolhimento de famílias refugiadas. No entanto, e porque lhe pareceu que mais poderia ser feito, empenhou-se em diagnosticar,



com profundidade, as necessidades efectivas e as emergentes, designadamente no que toca aos grupos mais vulneráveis – que são, ao fim e ao cabo, o foco da sua acção diária. Desse processo, e quando ainda não se configurava, Europa fora, haver grande urgência em encontrar solução para as crianças que iam chegando (porque as cifras veiculadas pela comunicação social ainda eram relativamente baixas e porque se assumia que grande parte vinha acompanhada das suas famílias), a CNIS deu o pontapé de saída. O que veio a ser depois confirmado na Grécia, quando se lhe saudou o pioneirismo na detecção de um problema que se começava a revelar da maior importância e emergência humanitária para aquele país, e em geral na Europa.

Preparou-se, então, um plano operacional para acolher crianças não-acompanhadas ou separadas com necessidade de protecção internacional (os chamados menores não-acompanhados) e, antes ainda de quaisquer outras *démarches*, manifestou-se essa mesma intenção ao Governo, no sentido de saber se seria viável fazê-lo e como. Entretanto, aquele que inicialmente era um problema apenas hipotético começou a ganhar densidade, quer em termos de número de crianças a necessitar de uma solução, quer também em termos de visibilidade mediática. E, do penoso quadro vivido e da gravidade das situações sinalizadas, a CNIS retira, ao menos, a consolação de ter já pensado em soluções e de ter vindo a trabalhar nelas afincadamente.

Recentemente, o Governo português deu nota de querer vir a abraçar com grande entusiasmo este que é, sem qualquer dúvida, um imperativo moral dos povos civilizados e das pessoas de boa vontade. Nesse sentido, e embora ainda seja prematura a apresentação pública dos pressupostos operacionais do modelo já gizado, a CNIS orgulha-se de ter podido dizer presente ao repto lançado à sociedade civil, fazendo agora saber às suas instituições que a breve trecho lhes fará chegar informação sobre de que forma e em que medida poderão contribuir para esta causa que nos é, a todos, tão cara.

Certificação de Qualidade - “Estatuto” de patamar superior

JOSÉ LEIRIÃO/CNIS/jleiriao@zonmail.pt

No seguimento do artigo publicado na edição do mês de Abril, do nosso Jornal Solidariedade, focando o trinómio “Qualidade, Formação e Inovação” como uma referência, que devia ser adoptada pelas Instituições no sentido de melhorar a prestação de serviços internos e a imagem externa, gostaria de, nesta edição, elaborar no que respeita ao elemento da Qualidade. Farei o mesmo aos outros elementos nas próximas edições.

A Qualidade não basta ser percebida pelo cliente é necessário ser evidenciada e demonstrada pelo prestador/fornecedor do serviço/produto.

Durante os anos sessenta e setenta do século passado, instalaram-se em Portugal fábricas de montagem de automóveis o que implicava, por imposição do governo, a aquisição de peças fabricadas por empresas portuguesas, o que conduziu ao desenvolvimento significativo da nossa indústria, grande parte dela localizada no Norte do país; durante este processo, a implementação de procedimentos de controlo de qualidade era novidade e exigia um grande esforço, não só dos fabricantes portugueses como das empresas de montagem como a Ford e a GM. Tive o privilégio, acompanhado de um colega engenheiro, de implementar nos fornecedores portugueses, o sistema de controlo de qualidade desenvolvido pela Ford, o célebre Q101 que deu origem aos sistemas de gestão da qualidade hoje conhecidos.

Foi no Norte que mais se desenvolveu este processo e não esqueço o trabalho, a participação, a inteligência de entender o progresso e a vontade de fazer mais e melhor de muitas empresas e dos seus empresários e colaboradores, que ajudaram ao sucesso da indústria portuguesa. Particularmente, recordo um episódio numa empresa em Águeda, que ainda existe, em que o dono insistentemente afirmava a qualidade e conformidade do seu produto com a especificação, dizendo que tinha a certeza que o produto estava correcto, tanto eu como o meu colega acreditávamos que sim, mas era necessário evidenciar e demonstrar essa qualidade e esta evidência, só seria comprovada através da confirmação dos requisitos de qualidade dos componentes, da dimensão do produto final e dos ensaios de engenharia que eram exigidos, e tudo isso foi compreendido e conseguido por todos com sucesso.

A qualidade dos serviços, quer pessoais quer domésticos, prestados pelas Instituições não pode ficar apenas pela convicção de que fazemos as coisas bem, que os nossos utentes e clientes estão satisfeitos pelos serviços recebidos, e que em geral a imagem externa das



Instituições é muito positiva, com efeito, isto só não basta, é preciso evidenciá-lo e demonstrá-lo através de sistema de gestão da qualidade que, baseado em procedimentos e processos, no compromisso, no profissionalismo, no entusiasmo e no envolvimento de todas as partes interessadas, ou sejam, os utentes/clientes, dirigentes, colaboradores, associados e fornecedores, confirmam essa qualidade de serviço.

Cada actividade desenvolvida pelas Instituições deve ter um padrão de qualidade, que possa ser mensurável e percebido pelos beneficiários, de forma muito clara, e que eles próprios tenham voz crítica e que por essa forma, participem e ajudem no processo de melhoria contínua da gestão e da qualidade dos serviços internos e prestados aos utentes. Em finais de 2014 existiam cerca de trezentas e cinquenta Instituições certificadas em gestão da qualidade segundo os requisitos de três sistemas de medição, gestão e controlo da Qualidade: Os Manuais da Segurança Social, ISO 9001:2008 e a EQUASS (European Quality Assurance in Social Services).

A nova Norma Portuguesa NP4543 de Sistema de Gestão da Qualidade das Respostas Sociais

Durante mais de dois anos a Comissão Técnica 186, criada pelo Instituto Português da Qualidade, que integrou vários elementos representando as IPSS, a Segurança Social e entidades formadoras como a APCER e outras, trabalhou para a construção dos requisitos da Norma de Qualidade para responder às necessidades específicas das respostas sociais, no seguimento do mesmo objectivo de outros países europeus, com os quais foram sendo trocadas informações. A Norma Portuguesa NP4543 foi aprovada em seguimento de consulta pública e já apresentada pelo IPQ no Porto e Lisboa, é agora a Norma específica que as IPSS poderão adoptar sempre que entenderem implementar um Sistema de Gestão da Qualidade.

Será que a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade é fundamental para as Instituições ?

Certamente, não será fundamental, pois as Instituições existem há muitas dezenas e centenas de anos, prestando serviços inestimáveis de assistência e protecção social às populações, no entanto, é necessário entender as mudanças ocorridas na complexidade da situação social, da conformidade exigida pela Segurança Social, da concorrência, das exigências dos utentes mais informados e da opinião pública; vivemos tempos de regras, conformidades e exigências de mais qualidade na prestação dos serviços. A certificação em sistema de gestão de qualidade será um elemento fundamental de diferenciação das Instituições na escolha dos utentes/clientes e ao mesmo tempo um factor de motivação e orgulho para colaboradores e dirigentes.

Orçamento do Estado de 2016

Padre Lino Maia/Presidente da CNIS

1. Aprovado e promulgado, está em vigor o Orçamento do Estado de 2016. Tardiamente: não por indesculpável incúria, mas por imperativos de calendários eleitorais.

Surge envolvimento numa encruzilhada entre a pressão dos compromissos externos e internos, o que exigirá uma difícil quadratura do círculo e suscitará um nível elevado de incertezas que, segundo alguns, decorrem de eventual otimismo dos pressupostos económicos de partida, de se apostar mais no crescimento da receita tributária (incerta), do que na redução da despesa pública (que seria segura) e de se pender mais para o aumento da tributação indireta, do que para o aumento da tributação direta, quando aquela tem um maior nível de incerteza, por depender de um maior número de variáveis.

O superior interesse nacional fará augurar o seu cabal cumprimento, sem turbulência e sem outros planos que, certamente, viriam agravar uma crise que se quer ver vencida para bem de todos e muito especialmente para bem daqueles que mais têm sofrido ao longo destes prolongados e difíceis anos.

2. Pela anunciada e mais que ensaiada "via do fim da austeridade", o OE poderá, eventualmente, beneficiar as Instituições de Solidariedade (IPSS).

Pouco significativamente e apenas indiretamente.

Mas, diretamente, o que tem o OE reservado para um Sector que presta serviço público e que tanto e tão bem tem feito?

Os Orçamentos do Estado anteriores estabeleciam medidas que contemplavam diretamente as Instituições de Solidariedade. Porém, o OE para o exercício fiscal de 2016 parece ignorá-las.

Situação problemática?

A situação foi atempada e louvavelmente acautelada, pelo que não é por aí que virá qualquer turbulência para o Sector.

Aprovada em 18 de dezembro, promulgada em 29 e referendada no dia imediato, a Lei 159-C/2015, no seu Artigo 7º e referindo-se às Instituições Particulares de Solidariedade Social (e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), estabelece que:

1 - São ripristinados, durante o ano 2016, o n.º 2 do artigo 65.º da Lei 16/2001, de 22 de junho, e as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 20/90, de 13 de janeiro, alterado pela Lei 52-C/96, de 27 de dezembro, pelo Decreto-Lei 323/98, de 30 de outubro, pela Lei 30-C/2000, de 29 de dezembro, e pelo Decreto-Lei 238/2006, de 20 de dezembro, revogados pelo n.º 1 do artigo 130.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

2 - A restituição prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 20/90, de 13 de janeiro, é feita em montante equivalente a 50 % do IVA suportado, exceto nos casos de operações abrangidas pelo n.º 2 do artigo 130.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, relativamente às quais se mantém em vigor o direito à restituição de um montante equivalente ao IVA suportado.

3 - Durante o ano 2016 é igualmente restituído um montante equivalente a 50 % do IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social, bem como pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativamente



às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas, nos termos do n.º 1, com as devidas adaptações.

Portanto, tudo o que o OE previa em 2015 para o Sector Social e Solidário é mantido em vigor no ano em curso.

Claro que é pouco para um Sector que também foi muito atingido pela crise e que tanto tem feito para minorar as dificuldades dos mais vulneráveis.

Espera-se um regime fiscal mais ajustado. Porém, as circunstâncias recomendam ponderação e moderação. Também por aqui...

3. Não estando prevista na referida Lei, aplica-se, porém, às Instituições Particulares de Solidariedade Social uma medida excepcional de apoio ao emprego que se traduz numa redução de 0,75 pontos percentuais da taxa contributiva para a Segurança Social a cargo da Entidade Empregadora, relativa às remunerações dos trabalhadores ao seu serviço, devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, nas quais se incluem os valores devidos a título de subsídios de férias e de Natal.

São beneficiárias da Medida nas seguintes condições:

- O trabalhador estar vinculado à Entidade Empregadora beneficiária por contrato de trabalho a tempo completo ou a tempo parcial, com data anterior a 1 de janeiro de 2016;

- O trabalhador auferir, à data de 31 de dezembro de 2015, uma retribuição base mensal de valor compreendido entre os 505,00€ e os 530,00€, ou valor proporcional, nas situações de contrato a tempo parcial;

- No caso de trabalhadores das Regiões Autónomas, o valor da retribuição base mensal é compreendido entre 530,25€ e 556,50€ nos Açores e entre 515,10€ e 540,60€ na Madeira.

- A Entidade Empregadora ter a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Deseja-se a atenção das Instituições para esta medida que, aplicando-se-lhes, também as beneficia.



Problema real que provoca exclusão social

A CNIS esteve presente na sexta edição do Fórum Global sobre Incontinência (GFI - Global Forum Incontinence) nas pessoas do presidente, padre Lino Maia, e de mais dois elementos da Direção, José Leirião e Maria José Quintela, que decorreu em Berlim, na Alemanha.

A conferência juntou responsáveis políticos na área da saúde e assistência social, especialistas e representantes de grupos de pacientes, cuidadores e organizações da sociedade civil, que aproveitaram para tomar contacto com novas práticas que contribuam para o melhor cuidado das pessoas que vivem com o problema da incontinência.

“Foi interessante, sobretudo, abordar uma questão que entre nós ainda não é muito divulgada e, diria, a incontinência não é assim tão pontual como se possa imaginar”, começou por dizer o padre Lino Maia, acrescentando: “Nos idosos é uma realidade bastante alargada e é também uma causa de exclusão, porque as pessoas, normalmente, usam de algum silêncio sobre a situação e, por vezes, são menos bem tratadas, exatamente, por essa situação. Elas próprias se fecham um bocado e não partilham nem

falam desse problema”.

Reforçando a importância de enfrentar esta questão pelas consequências que tem na vida das pessoas, essencialmente dos mais idosos, o presidente da CNIS considera que é necessário começar a lançar raízes para o debate da questão, que em Portugal ainda é pouco falada, devendo as instituições na primeira linha dessa discussão.

“Se nós estamos particularmente atentos aos mais vulneráveis, aos mais excluídos e aos mais limitados temos que também voltar a nossa atenção para este problema. É evidente que isto envolve também a Saúde e, sobretudo, a prevenção, porque há casos de tratamento da incontinência, mas é importante adiar o mais possível esses problemas e essas manifestações. E, repito, envolve a Saúde e a proteção social e envolve também um debate que temos que fazer e ainda não foi feito”, sustenta, sublinhando a abordagem que foi feita “à responsabilidade dos Estados, que têm que ser sociais, senão não têm razão de ser, e ao serem sociais têm que ter em atenção estes casos que não são tão pontuais como se pode pensar”.

No entanto, a prioridade da CNIS no



momento é com a demência e o rápido crescimento numérico entre nós e, em especial, entre os utentes das respostas sociais das IPSS.

“Estamos muito preocupados com a demência em Portugal, pois são muitos os casos. Diria que, provavelmente, vamos priorizar a questão da demência, ver antídotos, como tratar e como envolver os vários

ministérios, porque nas nossas instituições de idosos a percentagem de pessoas com demência é muito elevada, o que provoca custos maiores e a exigência de mais recursos humanos com muito mais formação, pelo que isto exige ser tido em conta na Cooperação, mas logo a seguir, ou ao mesmo tempo, vamos prestar atenção à incontinência”, afirma o padre Lino Maia.

NOTA DA CNIS

Aplicabilidade aos contratos de prestação de serviço com os utentes



Algumas IPSS associadas têm feito chegar ao conhecimento da CNIS a existência de recomendações formuladas por elementos da ASAE, no sentido de as mesmas IPSS deverem cumprir o estipulado no artº 18º da Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, designadamente no que concerne ao dever de informar os seus utentes sobre a possibilidade de recurso, por parte desses mesmos utentes, a entidades de Resolução Alternativa de

Litígios - RAL, no que respeita ao desenvolvimento dos contratos de prestação de serviços celebrados entre as IPSS e os seus referidos utentes, com vista à frequência das respostas sociais das Instituições.

Subsistem dúvidas, no que à CNIS respeita, quanto à vinculação das IPSS ao referido dever.

Com efeito, o entendimento preliminar da CNIS é o de que os contratos de

prestação de serviços celebrados entre as Instituições e os seus utentes, no que respeita às respostas sociais em que a celebração de tais contratos constitui uma obrigação legal, se devem considerar abrangidos pela exceção constante do artº 2º, 2., a), da referida Lei nº 144/2015, na medida em que os serviços prestados pelas Instituições constituem “serviços de interesse geral”, não devendo a participação paga pelos utentes, em função dos seus rendimentos, ser qualificada como “remuneratória”

Trata-se, na verdade, mais de uma taxa do que de um preço, que não pretende corresponder ao valor do serviço prestado; sendo, pelo contrário, um valor fixado segundo critérios administrativos e variável consoante o nível de rendimentos do utente ou da sua família.

Do mesmo modo, também é parecer da CNIS que o disposto na alínea e) do mesmo artº 2º da Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, pode ser interpretado no sentido de excluir do âmbito de aplicação desse diploma as IPSS titulares de estabelecimentos onde são prestados serviços titulados por contratos

celebrados com os respectivos utentes, na medida em que existe uma entidade reguladora sectorialmente competente para avaliar o cumprimento das disposições legais enquadradoras da prestação de serviços das IPSS, e competente ainda para apreciar as reclamações apresentadas pelos utentes, relativamente ao cumprimento de tais contratos pelas Instituições.

Trata-se do I.S.S.

Tendo em consideração o exposto, a CNIS solicitou à ASAE o esclarecimento das dúvidas referidas, no que respeita à aplicabilidade do artº 18º da Lei nº 144/2015 aos contratos de prestação de serviços com utentes celebrados pelas IPSS, esclarecimento de que se dará oportunamente conta às Instituições associadas.

No entanto, até tal entendimento vir a ser definido, sugere-se a publicitação da referida informação no sítio electrónico da Instituição, e a sua eventual inclusão nos novos contratos de prestação de serviços, celebrados a partir de 23 de Março de 2016, nos termos do artº 24º, 4 do Decreto-Lei em questão, já que tal simples menção se não traduzirá num ónus significativo.

REFUGIADOS

Presidente quer ir o mais longe possível no acolhimento

O Presidente da República afirmou que um “ponto fundamental de unidade” em Portugal é “o desejo de ir o mais longe possível no acolhimento dos refugiados”, antecipando que o número de acolhidos vai aumentar nos próximos tempos.

A crise dos refugiados foi um dos temas da conferência de imprensa após um encontro de Marcelo Rebelo de Sousa com o homólogo polaco, Andrzej Duda, que está a realizar uma visita de trabalho a Portugal, tendo o chefe de Estado recordado a disponibilidade do país para receber até 10 mil refugiados.

“Infelizmente, não por vontade nem do Estado português nem da sociedade civil, o número de refugiados acolhidos tem sido inferior, mas vai aumentar nas próximas semanas e meses porque esse é um ponto fundamental de unidade na nação portuguesa: o desejo de ir o mais longe possível no acolhimento dos refugiados”, assegurou Marcelo Rebelo de Sousa.

O Presidente da República aproveitou ainda para sublinhar, “com apreço”, o

reconhecimento feito pelo presidente polaco nessa mesma conferência de imprensa “da importância do papel da Europa em relação aos refugiados, na linha do pensamento do papa Francisco”.

“E a importância da fronteira sul da Aliança Atlântica no quadro da reflexão da próxima cimeira em julho e também a importância de respeitar princípios fundamentais da União Europeia de circulação de pessoas no quadro da defesa das fronteiras na Europa”, destacou ainda.

Marcelo Rebelo de Sousa saudou o presidente de “um país amigo”, sublinhando as relações “culturais e económicas muito fortes entre Portugal e a Polónia”.

“Acompanhamos a riquíssima história da Polónia desde sempre e acompanhamos na história recente o caminho para a democracia e a sua constitucionalização, bem como a integração na União Europeia”, destacou.

O chefe de Estado português realçou ainda os “muitos laços em comum no quadro da União Europeia e no quadro da Aliança Atlântica” existentes entre os dois países.

BANCO DE INOVAÇÃO SOCIAL

50 projetos em três anos

O Banco de Inovação social (BIS) apoiou em três anos 51 projetos para a criação de emprego próprio e negócios sociais, dos quais 30 já foram concluídos, segundo dados da Santa casa da Misericórdia de Lisboa.

O Programa de Empreendedorismo Social do BIS recebeu 764 candidaturas na edição 2013/2014, tendo sido selecionados e apoiados 30 projetos, dos quais 17 concluíram o programa.

Ao Programa de Apoio a Empresas Sociais (edição 2014/2015) concorreram 349 projetos, tendo sido selecionados e apoiados 21, dos quais 13 projetos terminaram o programa, adiantam os dados da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

A SCML e uma rede de 25 parceiros lançou a 30 de abril de 2013 o BIS, uma plataforma que apoia projetos de criação de negócios próprios apresentados por desempregados, pessoas em situação precária ou à procura do primeiro emprego, mas também negócios sociais.

Mais tarde, o projeto alargou-se ao Porto, com a criação da Plataforma Operacional do BIS no Porto, constituída por 14 entidades, e, em 2015, estabeleceu novos acordos de parceria com as câmaras municipais do Cadaval,

Alenquer e Arruda dos Vinhos.

Para apoiar o desenvolvimento dos vários programas, o BIS conta com uma “bolsa de tutores” que, no final de 2015, era constituída por 79 pessoas que colaboram no projeto de “forma livre, desinteressada, não remunerada e responsável”.

Os dados da Santa Casa, divulgados a propósito dos três anos de atividade do BIS, referem que, entre 01 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2015, foram candidatas a tutores 264 pessoas.

Na sequência da candidatura apresentada pela SCML ao Programa Progress da Comissão Europeia, sete parceiros do BIS associaram-se ao Projeto United at Work, tendo participado “na capacitação dos empreendedores e atividades de apoio ao desenvolvimento dos projetos de negócios (42 projetos criados e 19 projetos finalistas”, adianta a Misericórdia de Lisboa.

Em 2013, o BIS integrou também a iniciativa INOVA, criada no âmbito do Programa Estratégico +I+E, de promoção do desenvolvimento de competências empreendedoras em meio escolar através da capacitação de professores e da organização de um concurso de ideias.

Custos técnicos das respostas sociais

Já se encontra disponível o formulário relativo à segunda fase do estudo dos Custos Técnicos das Respostas Sociais, promovido pela CNIS.

O seu preenchimento poderá ser realizado mediante acesso ao link <https://www.economiasocial.pt/estudos> e, após efetivação

do login, conseqüente seleção da opção “Introdução de Dados”.

As instituições que ainda não remeteram a manifestação de interesse poderão fazê-lo a todo o momento e, caso assim o entendam, preencher sequencialmente os dois formulários.

COM PARTICIPAÇÃO DA CNIS

Grande evento em Portugal dedicado a Instituições Sociais

De 19 a 21 de Maio a Fundação AIP organiza na Feira Internacional de Lisboa, o Portugal Economia Social – Encontro de Empreendedorismo e Inovação Social. Constituído por uma Mostra e um Fórum de Debate que tem como objectivo promover, dinamizar e qualificar o sector da economia social como resposta para novos problemas sociais e adequação de serviços às necessidades em prol do desenvolvimento económico e social do país, o Portugal Economia Social tem o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, o apoio institucional do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a parceria de todas as entidades de cúpula que tutelam e agregam as várias instituições sociais, com destaque para a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

Porque queremos proporcionar a participação de todas as instituições, a Fundação AIP criou um pacote especial para estas entidades no valor de 250€ + Iva que inclui espaço e stand (9m2) com 1 mesa e 2 cadeiras, energia,

alcatifa, projectores, convites e inserção no catálogo. Sem custos adicionais os técnicos e dirigentes das instituições podem participar em todas as sessões do Fórum de Debate, beneficiar de uma área comum para, em horários a estabelecer, fazer apresentações ou demonstrações e ainda comunicar nos nossos meios (newsletters para 160.000 contactos, site e Facebook) o que acharem conveniente.

Tendo em conta a missão de cada uma das Vossas organizações junto da sociedade civil, no apoio às diferentes comunidades e a necessidade de tornar não só eficiente como mais sustentável a Vossa actividade, a presença neste evento proporciona-lhe uma network indispensável quer na área do financiamento, quer da formação e capacitação quer mesmo na gestão. Paralelamente podem mostrar as Vossas valências quer a parceiros quer ao público em geral.

Saiba mais sobre o programa do Fórum em <http://www.portugaleconomiasocial.fil.pt/programa/>



Soluções para a Economia Social

- Organização Administrativa**
Consultoria e Gestão
- Mediação de seguros**
Soluções personalizadas
- Soluções tecnológicas**
Software administrativo e financeiro

Estamos onde você está.
Atuamos nas instalações do cliente

ODULISSER
PRIME PARTNER F3M

t. 265 537 590 | e. geral@odulisser.pt | www.odulisser.pt



LUÍS CORREIA, PRESIDENTE DA HUMANITAS

Sobrelotação dos CAO e dos lares é a grande preocupação

A Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental foi a votos, tendo elegido a lista encabeçada por Luís Correia, única concorrente aos órgãos sociais para o quadriénio 2016/2019.

“A família que é a Humanitas”, como diz o novel presidente da Direção, é formada por 35 associadas, na sua maioria associações de pais, que atendem cerca de 6500 clientes e empregam mais de três mil funcionários.

“Temos, de facto, muitos associados pais e familiares e, em termos de associados efetivos e apoiantes, sem contar com as outras associações que não têm esta designação (APPACDM), teremos para cima de 20 mil associados entre pais e amigos das diversas associações. É um movimento relativamente grande”, refere Luís Correia, que sublinha o facto de as associadas da Humanitas terem um vasto leque de respostas sociais, no âmbito da deficiência intelectual, que vão da intervenção precoce ao lar residencial, passando pela creche, jardim-de-infância, as antigas escolas de ensino especial, CRI – Centro de Recursos para a Inclusão (que prestam apoio às escolas), ATL, CAO, Formação Profissional, Fóruns socio-ocupacionais, SAD, Lar de Apoio, residências autónomas, empresas de inserção, Centros de Emprego Protegido, CAFAP e algumas instituições têm ainda equipas de RSI.

“Tocamos todas as áreas, mas essencialmente ligadas à deficiência intelectual, que é o nosso principal trabalho”, explica o novo líder da Humanitas, que aponta a “sobrelotação das

respostas de CAO e Lar Residencial” como o principal desafio a enfrentar no futuro próximo, sem esquecer “a integração social e laboral” das pessoas com deficiência mental.

SOLIDARIEDADE – Qual o programa de ação delineado pela nova Direção?

LUÍS CORREIA – O nosso principal trabalho para este mandato vai de encontro um pouco às preocupações que já vimos tendo em mandatos anteriores e que têm que ver com a falta de respostas em Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e em Lar Residencial, portanto, respostas para jovens maiores de 18 anos. Temos também outras preocupações que têm que ver com a vida ativa destes jovens e que passa pela inserção social e laboral deles. E estas são preocupações porque os CAO estão completamente cheios. Teremos muito poucas instituições, se é que temos alguma, com vagas nessa resposta social e o mesmo se passa com os lares residenciais. Assim, no seio da CNIS que é quem faz a negociação com o Estado, temos que encontrar com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade soluções que permitam dar resposta a este problema. Sabemos que os tempos não são fáceis, não são tempos de abundância financeira, ou de podermos continuar aquele percurso que vínhamos fazendo, que era acabar de construir e fazer Acordo de Cooperação e, assim, abrir a resposta e responder a mais 20 ou 30 utentes. Esse poderá não ser o caminho, mas teremos que encontrar outras soluções. E estas têm que ser encontradas

juntamente com todo o movimento social do nosso País, representado pela CNIS, e também pelo Governo.

Nesse aspeto estão atentos ao Portugal 2020?

Em termos de construção no âmbito do Portugal 2020 ainda não abriu rigorosamente nada, mas as linhas que estão previstas passam um pouco pela reconstrução de alguns equipamentos, obras de recuperação e a possibilidade de construção de alguns equipamentos novos, mas mesmo existindo o Portugal 2020 coloca-se sempre o outro problema, que é o do Acordo de Cooperação para o funcionamento, que já foi muito sentido quer no âmbito do PARES, quer nas respostas sociais apoiadas pelo POPH. Temos que ver qual a margem que há, juntamente com o Governo e a CNIS, para também avançar alguma coisa nessa matéria.

Identificado esse principal problema, que é a sobrelotação dos CAO e dos lares residenciais, perspetiva-se alguma resposta inovadora que pudesse atenuar essa situação?

Muitas das nossas instituições têm em funcionamento Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), formados por equipas técnicas que a maior parte das nossas instituições têm, equipas que já funcionavam aquando da existência das escolas de ensino especial, e é nesses CRI que trabalham com os agrupamentos de escolas das várias regiões do País. Há 19

CRI nas nossas associadas espalhadas por todo o País, portanto, trabalhamos diretamente com as escolas e apoiamos os alunos que estão abrangidos pelo decreto-lei nº 3/2008, ou seja, os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e na maior parte dos casos e dos agrupamentos do País quem apoia esses alunos são instituições do tipo das nossas, como as da Humanitas, da Fenacerci ou da APPC e outras. É aí que, de facto, temos que encontrar os percursos de vida para os nossos alunos que frequentam essas escolas, isto é, percursos de transição para a vida adulta. Nas escolas, a partir de certa altura, eles fazem os chamados Planos Individuais de Transição, que preveem a inclusão desses jovens na vida ativa, ou seja, a desenvolverem uma profissão. Essa é uma das partes que tem que ser muito trabalhada pelas nossas instituições. Há belíssimas experiências, por exemplo, a ASSOL tem uma bela experiência de transição de alunos para a vida ativa e fê-lo com os agrupamentos de escolas da região. Entretanto, já replicou esse trabalho com a APPACDM de Viseu e com o CECD de Mira-Sintra. Então, os jovens passariam a chegar aos CRI, já não todos, porque alguns conseguiriam encontrar saída no mercado de trabalho, incluídos na nossa vida comum, e aos CRI chegariam os casos mais complexos e com mais dificuldades de integração social e no mercado de trabalho. Para além da resposta que pode ser dada pelos CRI em conjunto com as escolas, há uma outra resposta que temos utilizado nestes anos todos e que é a formação

profissional, que normalmente conduz ao emprego. Houve alguns problemas com a transição do anterior quadro comunitário, ou seja, do POPH para o novo PO ISE, e aí também iremos continuar a fazer o nosso trabalho. Temos 21 Centros de Formação Profissional nas nossas associadas que proporcionam formação profissional e em muitos casos a integração no mercado normal de trabalho, o que também tem sido muito positivo. Mesmo até uma outra vertente que foi muito desenvolvida e que está a ser muito trabalhada com os Centros de Emprego, que tem que ver com os Centros de Recursos para o Emprego, tendo em vista a colocação dos jovens no mercado de trabalho. Há muitos casos de integração na sociedade, sendo esses jovens parte ativa dela, mas há muitos outros para quem isso não será tão viável, no entanto nós temos que trabalhar para todos e que prestar serviços individualizados à medida de cada um deles.

Como vê a proposta, que a CNIS recusou, de os utentes dos lares residenciais passarem para as ERPI ao atingirem os 65 anos?

Isso é um caminho que ainda não está feito, pelo que não nos podemos pronunciar muito sobre ele. É uma medida que terá que ser analisada e estudada e, se calhar, nos casos em que isso for possível, por que não? Não devemos fechar completamente a porta...

Pensa que poderia ser positivo?

Nos casos em que isso for possível, sim, não temos nada a opor. Temos conhecimento de alguns casos de algumas pessoas com deficiência intelectual que estão integradas noutras estruturas que não aquelas que são exclusivamente dedicadas às pessoas com deficiência. Há já vários casos por este País fora em que esse trabalho foi feito. É uma questão que na altura própria será analisada e na altura própria daremos também a resposta que terá que ser dada.

Não sendo uma característica diferenciadora pela positiva ou pela negativa, pensa que o facto de a secretária de Estado para a Inclusão ser ela própria portadora de deficiência, no caso visual, poderá ser uma mais-valia para um avanço mais determinante nas problemáticas da deficiência no nosso País?

Pode ser, pois é uma pessoa que terá outra sensibilidade, porque viveu e vive de perto toda esta problemática. Penso que poderá ajudar muito. Sei que a senhora secretária de Estado tem estado muito presente nas iniciativas que as nossas associadas têm feito, quer de debate, quer de inauguração de novos equipamentos, têm sido muito positivas as intervenções dela nessas instituições a propósito das várias questões, mas o que está em cima da mesa é, de facto, a inclusão social, são os direitos das pessoas com deficiência consagrados na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), ou seja, todas estas pessoas têm que usufruir dos mesmos direitos de todos os outros cidadãos. Não têm que ter mais nem menos, mas precisamente os mesmos dos outros cidadãos.



O voto eletrónico seria algo positivo para se alcançar um pouco mais essa igualdade de direitos?

Na questão do voto temos, se calhar, que fazer um debate mais profundo. Existe uma comissão junto da Comissão Nacional de Eleições que tem procurado discutir o exercício do voto por parte das pessoas com deficiência, mas ainda há muito caminho a fazer. Temos vários jovens que têm sido impedidos de exercer esse direito porque têm uma deficiência intelectual e nós temos que fazer algum trabalho e alguma reflexão, quer junto do observatório que procura monitorizar o cumprimento do que está estabelecido na CDPD e ainda temos que fazer uma ampla discussão para que as pessoas com deficiência possam exercer o seu direito de voto e de participação na vida social e política do nosso País.

Já referiu as principais preocupações da nova Direção, mas quais as primeiras ações a tomar?

Principalmente ver junto de cada um dos elementos dos Órgãos Sociais o que é que está disponível para dar e que trabalho pode desenvolver em prol das pessoas com deficiência no âmbito da nossa Federação. E as nossas medidas têm que ir muito de encontro às preocupações que manifestei no início. Procurar encontrar respostas para as preocupações que temos, sermos capazes de sugerir ou de levar as preocupações e algumas possíveis soluções que pudessem ser implementadas e encontrar novos caminhos para desenvolver a nossa atividade.

A CNIS aí pode ter um papel importante?

Claro, a nossa federação faz parte da CNIS há muitos anos, muitas das nossas associadas também o são da CNIS, e temos feito um vasto trabalho junto e com a CNIS. Estamos perfeitamente integrados em todo aquele movimento e muitos companheiros nossos têm feito parte



dos Órgãos Sociais da CNIS. Procuramos dar uma colaboração, porque as nossas instituições têm todos os problemas de todas as outras e tem que ser com esse grande chapéu-de-chuva onde estamos todos abrigados que temos que continuar a colaborar e a procurar as melhores

respostas para os vários problemas que as nossas instituições enfrentam. E, certamente, vamos continuar a colaborar muito ativamente com a nossa Confederação.

JARDIM DOS PEQUENINOS INÁCIA PIEDADE FETEIRA, VIEIRA DE LEIRIA

A Segurança Social exige muito para dar tão pouco

Quando em 1970 três crianças morreram queimadas na própria casa enquanto a mãe se ausentou para trabalhar, deixando-as sozinhas, os alarmes soaram em Vieira de Leiria e o padre Franklin da Cunha liderou um processo que conduziria à criação da Associação de Promoção Social de Vieira de Leiria, logo em 1971.

A tragédia que acabou por ditar a sorte e o futuro de muitas outras crianças da terra e arredores, que passaram a ter um local onde ficar em segurança enquanto os pais trabalham, continua, se bem que de outra forma, a preocupar os responsáveis da instituição que entretanto assumiu a designação de Jardim dos Pequenininos Inácia Piedade Feteira.

É que os frequentes simulacros que a instituição realiza com os bombeiros locais tem demonstrado que, em caso de incêndio, a localização da creche no primeiro andar constitui um enorme obstáculo ao resgate de todas as crianças.

“Se alguma coisa de trágico acontecer vai ser muito triste”, começa por dizer a presidente da instituição, Helena Faustino, acrescentando: “Estamos sempre a rezar para que nada aconteça, porque as pessoas têm que vir com os bebés lá de cima, quem está em baixo pode ir lá cima buscar alguns de uma vez, mas são os que saem, porque os outros ficam lá. São crianças que têm que sair ao colo!”.

Segundo Catarina Lampreia, diretora pedagógica da instituição, “a exigência da Segurança Social é justificada com o descanso dos bebés, que será maior quanto maior fora a distância da confusão, mas em termos de condições e apoio é muito pior”, o que para Joaquim Leal, presidente do Conselho Fiscal, não passa de negligência: “O que vemos na Segurança Social é muito rigor para umas coisas e muita falta de rigor e negligência para outras. Os simulacros provam que tiram-se uma ou duas crianças e o resto não se consegue”.

Por isso é que os responsáveis do Jardim dos Pequenininos querem, na sequência de um projeto que têm para um espaço contíguo à instituição que adquiriram, passar a creche para o rés-do-chão, dando outra sensação de segurança aos pais das crianças que acolhem e a eles próprios.

Este desiderato poderá ser alcançado se avançarem algumas das “várias ideias” que os responsáveis pela instituição têm para o espaço contíguo que inclui um prédio e um terreno envolvente.

“Em primeiro queremos acabar com a nossa dependência das coletividades vizinhas, que até têm sido bastante cooperantes quando precisamos de um salão, porque disponibilizam sempre. Esta é uma instituição que precisa de realizar muitos eventos e há ali alguns espaços que serão aproveitáveis. Eventualmente, poderemos instalar ali uma sala de ATL, criar um espaço onde possamos fazer os nossos eventos, fazendo uma espécie de pavilhão polivalente”,

revela Joaquim Leal, justificando a opção: “As crianças fazem ginástica, uma atividade recente na instituição, numa sala exígua e ali poderíamos encontrar um espaço melhor. Temos muitas salas, mas não temos um espaço um pouco mais amplo para determinadas atividades e iniciativas. A sala onde se faz ginástica é também a sala onde os miúdos dormem, onde há aulas de hip hop e outras atividades”.

E as ideias de aproveitamento do espaço não param, pois para o edifício rústico a intenção é “fazer algo como uma horta pedagógica ou outra coisa que proporcione às crianças tempo ao ar livre, para que não passem os dias enfiados dentro das salas”.

Para levar avante estes projetos, a instituição procura ainda apoios e financiamento, uma vez que, apesar de equilibrada, a situação financeira não permite grandes investimentos.

“As receitas são as participações dos pais e os subsídios da Segurança Social, o que vai ajudando é que temos uma equipa bastante boa que vai dinamizando algumas iniciativas e eventos, mas é sempre a ir ao bolso, entre aspas, dos mesmos, que são os pais. E ou se gosta muito da instituição, que é uma parte razoável dos pais, ou então... porque a outra parte paga um serviço e acha que os órgãos sociais, que estão aqui voluntariamente, são seus empregados”, acusa Joaquim Leal

Por outro lado, para o presidente do Conselho Fiscal “a instituição ou cresce ou morre”, porque “a massa salarial é muito elevada” e é preciso dar economia de escala à instituição para funcionar em velocidade cruzada: “Nós temos muita procura e queremos alargar, de alguma forma, à periferia o recrutamento de crianças. Então, aí conseguiremos equilibrar e suportar melhor a massa salarial que temos. Depois, temos exigências da Segurança Social que não se compadecem com nada, porque as exigências de rácio de pessoal-utente é muito elevado. Temos uma grande rotação de pessoas, que são, de facto, muito abnegadas, mas andamos sempre a tapar buracos, porque temos muitas baixas prolongadas e uma larga faixa de pessoal que está na faixa etária de serem mães e isso implica, igualmente, ausências prolongadas. Para colmatar essas vagas temos nos socorridos dos programas de estágio e emprego-inserção, etc. do Centro de Emprego, mas isso também é para acabar, porque o estimado para emprego efetivo não aconteceu, porque houve um aproveitamento do Estado destas instituições para promover o trabalho precário e eu sou contra o trabalho precário. Tudo coisas para a estatística, porque não atendeu às necessidades das instituições, nem das pessoas. As pessoas vêm para cá mas pouco motivadas pois sabem que é algo passageiro e para trabalhar com crianças é preciso gostar-se e ter motivação”.

Mesmo assim, Joaquim Leal considera que as contas da instituição estão melhores agora do que há uns tempos.



“Há uma melhoria significativa e isso deve-se essencialmente a duas vertentes: a da motivação das pessoas que aqui trabalham e que através de muitos eventos e iniciativas

vão angariando alguns fundos, e a outra é que entrámos numa fase em que as compras são muito ponderadas e em termos energéticos conseguimos também reduzir drasticamente



os custos. Conseguimos também algumas mais-valias com a renegociação dos contratos com os fornecedores. Há uma presença mais efetiva dos órgãos sociais e isso acabou por se refletir no dia-a-dia da instituição, pois há um maior rigor na gestão”, argumenta.

Mas as dificuldades são várias e, como lembra Joaquim Leal, “no exercício de 2015 do ATL, houve cerca de 22 mil euros de prejuízo, que têm que ser colmatados pelas outras respostas”.

Acresce ainda uma outra situação que tem levantado alguns problemas ao Jardim dos Pequeninos.

“Quando fizemos as obras de ampliação da instituição, a Segurança Social propôs-nos alargar o horário de funcionamento para as 12 horas e que iria haver um subsídio compensatório, ora estamos a funcionar 12 horas por dia desde 2008, todos os anos temos enviado o pedido do subsídio compensatório e até hoje ainda não chegou cá nada”, acusa Catarina

Lampreia, ao que Joaquim Leal acrescenta: “O contexto da Vieira obriga as pessoas que trabalham na Marinha Grande e entram às 8h00 a deixar as crianças aqui às 7h30 e no final do dia coloca-se a mesma situação. Isso era uma prerrogativa que dava 498 euros por mês de comparticipação extra pelas 12 horas de funcionamento, se fomos fazer as contas isto foi um prejuízo enorme para a instituição. Tivemos que diluir o pessoal, o consumo energético é muito maior e da Segurança Social o que já nos foi dito foi para esquecermos essa verba”.

No entanto, após nova reunião com os serviços do Estado, “na sequência de uma auditoria que mais parecia que a instituição vivia na ilegalidade”, Joaquim Leal foi informado que “na próxima negociação dos Acordos de Cooperação essa situação do subsídio compensatório já será tida em conta”, porém: “Sabemos, muito bem, que não vamos ser ressarcidos dos retroativos desde 2008”.

Mas as críticas à Segurança Social não se ficam por aqui, pois os valores das comparticipações do estado e a forma como os Acordos de Cooperação são revistos geram muita insatisfação.

“Tínhamos Acordo para 50 crianças, depois tivemos duas baixas na altura de enviar os números e a comparticipação baixou logo para os 48 e, entretanto, já temos novamente a lotação mas não houve reposição”, afirma Catarina Lampreia, ao que Joaquim Leal acrescenta: “A Segurança Social exige muito para dar tão pouco”.

Ainda sobre a questão salarial, a presidente da instituição demonstra desagrado por não poder pagar melhores salários, mas a situação não o permite.

“Depois saem as tabelas salariais, mas nós nunca as podemos cumprir, porque a verba que vem da Segurança Social é sempre a mesma. Ou as pessoas continuam a trabalhar aqui com o que ganham atualmente ou somos forçados a despedir algumas para poder compensar. Reconheço que as auxiliares ganham pouco, mas é incomportável aumentá-las. Acho muito bem que tenham aumentado o ordenado mínimo, mas imagine o impacto que teve nesta instituição, porque as verbas que chegam da Segurança Social são as mesmas. Custa-nos muito, porque é um direito que as

pessoas têm, mas não conseguimos”, lamenta Helena Faustino.

Com valências exclusivamente para a área da infância, apesar de haver a ambição, como já aconteceu em projetos pontuais e está previsto nos estatutos, de alargar as respostas à terceira idade, o Jardim dos Pequeninos acolhe 64 bebés em creche, 75 no Pré-escolar e 40 no ATL, respostas asseguradas por 26 funcionários.

Curiosamente, ou não, o ATL cresceu bastante em 2007, ano em que na generalidade das IPSS essa resposta social acabou devido ao alargamento do horário escolar.

“O que se passou foi que aquilo que o Estado propôs de AEC aqui na Vieira não teve condições para se concretizar, então os pais continuaram a precisar da instituição, porque o serviço que garantimos de levar os meninos à escola, o almoço, as faltas dos professores, os finais de dia e as férias e o facto de terem cá os irmãos fez com que o ATL tivesse crescido e desde então temos mantido os níveis. E aqui na Vieira, apesar do Agrupamento ter as AEC e os serviços de apoio, não são serviços em condições para os pais, porque, por exemplo, não garantem os horários que os pais necessitam que fossem assegurados”, explica Catarina Lampreia.

“É aqui que nasce a nossa ideia de crescimento, porque assim os custos fixos já estão alocados. Como os recursos humanos do ATL são altamente qualificados isso terá que dar frutos no futuro e a nossa expectativa é que os bons resultados escolares das crianças sejam motivo para outras crianças virem para o nosso ATL”, sustenta Joaquim Leal.

E como seria Vieira de Leiria sem o Jardim dos Pequeninos?

“Uma tristeza”, responde de pronto a presidente, ao que Joaquim Leal retorque: “Não digo uma tristeza, mas seria mais difícil para as pessoas. Primeiro, há aqui uma parte da população que não é de cá e não tem família aqui que a apoiasse com os miúdos. Depois há uma relação de grande proximidade e quase todos os funcionários daqui trazem crianças para a instituição”.

Sendo a única instituição na zona a assegurar a resposta de creche, Helena Faustino considera que “seria um mal muito grande se não existisse o Jardim dos Pequeninos.

MINISTRO VIEIRA DA SILVA

Idade de reforma não volta aos 65 anos

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, considerou que o aumento da esperança média de vida comporta um “desafio sério”, assegurando que a idade de reforma não voltará para os 65 anos.

Num debate em Oeiras sobre “Sustentabilidade da Segurança Social”, organizado pela NOVA ATENA- Associação para a inclusão e bem-estar da pessoa sénior pela cultura e arte, Vieira da Silva dedicou a sua intervenção a explicar aos participantes a história da Segurança Social e os seus princípios.

O ministro reforçou que a sustentabilidade da Segurança Social é “um tema que deve ser valorizado” e assenta em três dimensões que devem ser analisadas em conjunto: dimensão da sustentabilidade financeira, sustentabilidade económica e sustentabilidade social.

Vieira da Silva apontou o aumento da esperança média de vida, que a partir dos 65 anos é de mais 20 anos, como “um bem para a sociedade”, mas um “desafio sério” para o sistema da Segurança Social. “A idade da reforma não voltará aos 65 anos. Não é possível com estes dados da esperança média de vida”, assegurou.

O ministro assumiu que a conjuntura económica agrava os riscos a longo prazo no sistema da Segurança Social e, por isso, defendeu que para enfrentar as dificuldades há que aproveitar as oportunidades. “Há 1,5 milhões de portugueses em idade ativa, mas estão inativos. Bastava que esses tivessem condições de ingressar no mercado de trabalho para ser uma grande ajuda para a Segurança Social. “Esta é uma grande oportunidade, embora não resolva todos os problemas a longo prazo”, sustentou.



Numa plateia maioritariamente sénior, as questões colocadas ao ministro centraram-se nas reformas e em pedidos de esclarecimento sobre a Caixa Geral de Aposentações.

“Pouca coisa teve impacto na economia como os efeitos negativos dos cortes nas pensões. Felizmente que o Tribunal Constitucional reconheceu esse erro”, acrescentou.

O ministro foi ainda elogiado pela “coragem” de voltar a tutelar a pasta da Segurança Social, depois de o ter feito aquando da governação de José Sócrates.

“Não é muito comum em Portugal e tenho a noção dos riscos, mas com as condições em que me foi feito o convite não tinha como dizer que não”, concluiu Vieira da Silva.





SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL

FORMAÇÃO CERTIFICADA

Em Sala À medida
Jornadas
Congressos
Seminários
Live Meeting
On Line

Consulte o PLANO DE FORMAÇÃO F3M 2016 em www.f3m.pt

| | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------|---------------|--|-----------------------------------|---------------|---|
| PROCESSOS CHAVE | IMOBILIZADO | UTENTES | SÓCIOS | ÁREA SAÚDE | PORTAL SOCIAL | |
| | RECURSOS HUMANOS | CONTABILIDADE | STOCKS, ECONOMIA, COZINHAS E LAVANDARIAS | UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS | | GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL |
| | ESCALAS DE SERVIÇOS | TESOURARIA | SALÁRIOS | CLÍNICA INTERNAMENTO | | SOFTWARE PARA VARIAS RESPOSTAS SOCIAIS (Licenciamento e SaaS) |
| | APOIO DOMICILIÁRIO | VIAJURAS | MAILING | PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO | | SOLUÇÕES WEB PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO (DL n.º 172-A/2014) |
| CANTINAS SOCIAIS | | | PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA | FUNÇÃO | | |
| REGISTO DE ATIVIDADES DIARIAS | | | | RESPONSÁVEIS DOS UTENTES | | |
| | | | | LIVRO DIGITAL "MEMO" | | |

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



OLIMPIADAS SENIORES, ALBERGARIA-A-VELHA

Quarta edição reuniu 750 idosos



“Isto é muito bom, é um divertimento bom para a gente passar um bocado de tempo”, diz ao SOLIDARIEDADE, António dos Santos, 88 anos, utente do Centro Social Arco-Íris, Paradelá (Águeda), um dos 750 idosos que, no pavilhão gimnodesportivo do Grupo Desportivo de Telhadela (Albergaria-a-Velha), participaram nas VI Olimpíadas Seniores, organizadas pela Cediara, IPSS sedeadada na vizinha Ribeira de Fráguas.

De facto, o convívio é o grande motivo de entusiasmo para os idosos, pois, apesar de nem todos disputarem as provas, todos convivem, apoiam, incentivam e participam. A verdade é que a avaliar pelo som da música, pelo ruído das claques, pela energia e entusiasmo que se sentiam não parecia que dentro do pavilhão estavam pessoas com idades entre os 60 e muitos anos e os 90 e poucos.

“É um privilégio ter a casa cheia e perceber que as instituições estão, cada vez mais, conscientes da necessidade de promover o envelhecimento ativo, de estimular os seus utentes e de potenciar estes momentos de partilha e de convívio tão saudável entre instituições, onde todos crescemos e todos aprendemos”, refere Susana Henriques, diretora-técnica da Cediara, mentora e grande impulsionadora da iniciativa, sublinhando: “Os nossos utentes saem, sem dúvida, muito mais fortificados e motivados a dar continuidade a este seu percurso de vida”.

Depois de uma primeira edição apenas a nível concelhio, as Olimpíadas Seniores abriram-se, na segunda, ao distrito de Aveiro e à quarta edição acolhem IPSS de seis distritos (Aveiro, Coimbra, Viseu, Porto, Santarém e Leiria), reunindo um total de 750 idosos, em representação de 45 instituições, quando em 2015 foram 20 as IPSS participantes.

Para além de todo o convívio, as Olimpíadas Seniores consistem em seis jogos baseados em modalidades olímpicas e adaptados à condição dos idosos, como é o caso do boccia, bowling, curling adaptado, arcos nos pinos, percurso de obstáculos e bola ao cesto.

Estimular a mobilidade, o exercício físico e as capacidades cognitivas são alguns dos objetivos, mas a competição, tanto para os organizadores, como para os promotores, como ainda para os participantes é a parte menos importante, pois o que conta é a participação e o convívio.

“Estes jogos são a prova de que o facto de ser idoso não impede as pessoas de fazer nada”, sustenta Susana Henriques, que acrescenta: “Nós técnicos é que temos que ser criativos para conseguir adaptar as situações para que eles possam participar, mas nunca lhes limitar a participação. Infelizmente, ainda continua a haver muitas instituições que se dedicam ao sedentarismo, o que é muito violento para os seus utentes e não dignifica o ser idoso. Muitas vezes é mais cómodo ficarem na sua área de conforto e não participarem, mas essa mentalidade tem que acabar”.

Entre provas, almoço, animação pelo Rancho da Cerciag (Águeda) e pelo cançonetista Nel Monteiro, as Olimpíadas Seniores tornaram o dia 28 de Abril num dia muito especial para 750 idosos.

Os vencedores tiveram a honra de receber as distinções das mãos de Armando Aldegalega (atleta do Sporting) e Cristiano Roland (capitão da equipa de futebol do Beira-Mar), mas, como sublinha Susana Henriques, “não houve vencidos, pois os 750 seniores participantes foram todos campeões em diversão e interação”.

A verdade é que nem andarrilhos, nem cadeiras de rodas, nem bengalas, nem artrroses, nem outras maleitas que afetam quem já cá anda há muitos anos impediram estes seniores de mostrarem rapidez, flexibilidade, concentração, precisão e, acima de tudo, boa disposição e muita alegria. Aliás, houve um participante no Percurso de Obstáculos que é invisual, mas, com a ajuda de um técnico, nem esse handicap o impediu de realizar a prova, numa demonstração de que os limites não estão na idade ou na condição física.



JOSÉ VIEIRA DA SILVA, MINISTRO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Governo quer reforçar a Cooperação

Para o novo mandato como ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva atribuiu um lugar de destaque à cooperação com o Setor Social Solidário, mas garante que o Estado não se demitirá das suas funções sociais e de implementar as políticas públicas necessárias ao declarado combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social para o qual conta com as IPSS, numa “relação de confiança e de franqueza” assente em critérios claros, objetivos e transparentes.

Está de regresso a um Ministério que bem conhece, que grandes diferenças encontrou?

Diferenças, principalmente, a três níveis: um tem que ver com o facto de, indiscutivelmente, vivermos hoje uma situação mais complexa nas áreas de intervenção deste Ministério do que quando aqui entrei pela primeira vez com estas funções, ainda que tenha vivido momentos difíceis, porque estava cá quando se iniciou a grande recessão de 2008, 2009 e vivi os problemas todos desse tempo; depois, a diferença tem que ver com o facto de, infelizmente, os recursos disponíveis para as políticas públicas, nomeadamente, os recursos deste Ministério serem hoje mais frágeis, porque é impossível não reconhecer que há um Ministério mais fragilizado, como menos recursos humanos, pois saíram alguns milhares de pessoas, e, obviamente, isso tem consequências e coloca problemas novos; o terceiro talvez tenha que ver com o facto de no passado termos tido a oportunidade de lançar raízes de alguns programas novos, algumas iniciativas à época inovadoras no plano da Segurança Social, da Formação Profissional e também da Ação Social e dos equipamentos sociais, ou seja, as condições políticas, económicas e sociais da época eram mais propícias a um planeamento estratégico e, também, a estabilidade previsível era maior do ponto de vista da situação social e política. Hoje a minha ação é mais condicionada.

Na última passagem pelo Ministério lançou uma reforma da Segurança Social, em que ponto a encontrou neste regresso?

Em muitos aspetos, o essencial das mudanças que foram feitas permanecem, pelo menos, na teoria. O edifício legislativo é praticamente o mesmo, foram introduzidas algumas alterações que me merecem reservas, mas basicamente a diferença é de contexto económico e social, em particular do contexto económico, porque hoje, por comparação à altura em que essa reforma foi lançada, temos menos meio milhão de postos de trabalho aproximadamente, vivemos uma situação de emigração que não existia e tudo isso são condicionantes muito fortes. É certo que foram introduzidas algumas mudanças, algumas das quais me merecem reservas, mas principalmente o que foi feito nos últimos anos foram medidas de curto prazo, sem grande

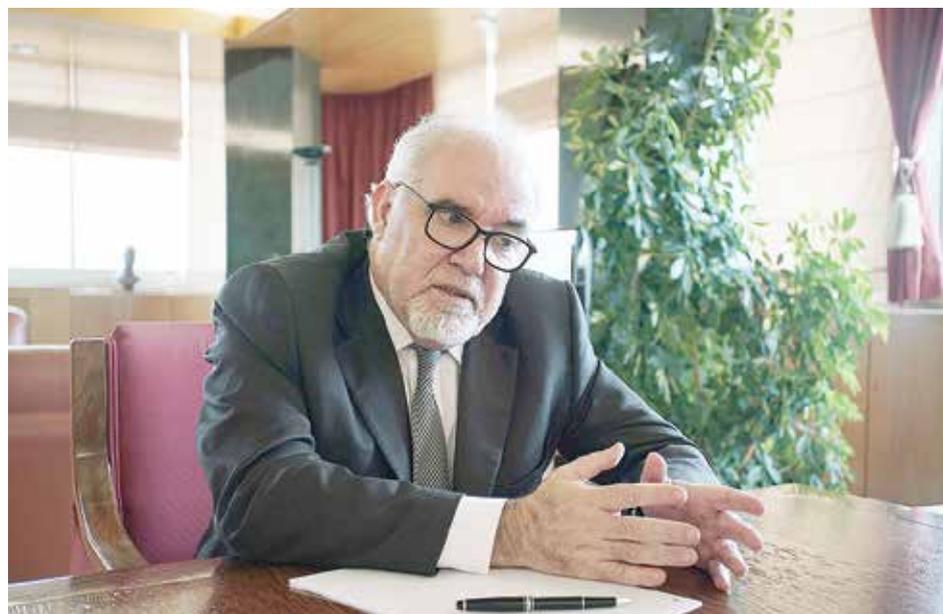
dimensão transformadora no que toca ao sistema de Segurança Social. Julgo que a situação é diferente, é mais exigente e é mais difícil, mas os principais pilares em que a reforma assentou permanecem válidos. Agora, governar, gerir a coisa pública só pode ser feito sempre numa lógica reformista. Não vejo as reformas como momentos únicos e de ruturas radicais, mas mais como um processo reformista permanente.

Quanto ao passado recente, o Governo anterior fez das IPSS a almofada social e o braço social do Estado. Este é um caminho para prosseguir ou poderá haver alguma inversão?

Não digo inversão, mas mudança. Não considero que a governação anterior tenha tido uma atitude de valorização mais intensa do papel das instituições sociais na sociedade portuguesa. O Governo encontrou o País e as instituições sociais vindos de uma época de forte investimento no Setor Social, como aliás, provavelmente, nunca existiu no nosso País. Lançámos um programa de equipamentos e de serviços na área social, nas creches, nos lares de idosos e nos equipamentos para pessoas com deficiência como nunca tinha sido feito, num curto espaço de tempo e com critérios de grande equidade e de grande preocupação de transparência e de equilíbrio territorial. O Governo de que fiz parte não teve, como este não terá, nenhuma tentação de desvalorização do papel do Setor Social. A mudança que julgo que terá que existir é na forma de encarar a relação entre o Estado e as instituições sociais. Não vejo as instituições sociais como entidades nas quais o Estado delega competências, face às quais o Estado, de alguma forma, usa como escudo protetor face às suas responsabilidades, mas vejo esta relação entre o Estado e as instituições sociais como uma relação de cooperação. Cooperação é a palavra nobre que tem regido esta relação e continua a ser a palavra decisiva, ou seja, há recursos públicos geridos pelo Estado para exercício das políticas públicas, há recursos da sociedade que se canalizam para a Economia Social e, depois, há um apoio público pelo reconhecimento do interesse para o bem comum dessa atuação que o Estado deve conceder a essas instituições.

Mas as IPSS podem substituir o Estado?

Não as vejo como substitutas do papel do Estado. Ao Estado não compete desenvolver a rede de equipamentos e serviços sociais que em Portugal cresceu e desenvolveu de forma muito substancial no seio da Economia Social, ao Estado compete, por um lado, apoiar esse trabalho no domínio financeiro, acompanhá-lo do ponto de vista da função pública de fiscalização, acompanhamento e até de definição de normas de regulação e é assim que podemos aumentar a capacidade conjunta de promover o bem comum e o bem-estar na sociedade. Não



sou adepto da política de criação de uma espécie de Estado ao lado do Estado assente nas IPSS. As instituições de solidariedade já têm um papel muito importante, desenvolvem atividades fundamentais para as comunidades e é aí que elas melhor exprimem a sua vocação, quer seja no domínio das respostas sociais, da infância aos mais idosos, das famílias às pessoas com deficiência, mas também no papel de entidades criadoras de emprego e de riqueza, que o são verdadeiramente. Ao Estado compete a relação última com o cidadão, no plano nacional e autárquico, a garantia do acesso aos seus direitos. O Estado é o último garante da equidade e da promoção da igualdade. Há ainda cidadãos que não conhecem completamente os seus direitos e que recorrem a apoios sociais que, provavelmente, não teriam necessidade se exercessem plenamente os seus direitos às prestações sociais. Esta é uma das vias que vejo para reforçar a cooperação, como também no aprofundamento daquelas linhas que já existem, como o esforço de contrariar uma excessiva institucionalização a todos os níveis, de reforço da fixação das famílias e das pessoas nos seus territórios de origem. Isto são tudo dimensões que podem ser melhoradas. Agora, uma mudança que estará presente neste ciclo político é que o Governo não irá utilizar as instituições sociais como uma espécie de biombo para que as responsabilidades sociais do Estado não apareçam de forma tão clara como devem.

Nesse sentido, o Programa de Emergência Alimentar é para manter?

Quando tomámos posse o programa das Cantinas Sociais estava numa situação peculiar, porque os acordos com as instituições que lhe deram corpo estavam prestes a findar, ou seja, a 31 de dezembro de 2015 deixavam de existir. É conhecido que o partido que é o principal apoiante, em termos de dimensão, deste Governo tinha manifestado reservas sobre a centralidade daquela iniciativa, mas, sinceramente, foi uma

surpresa para mim encontrar uma das bandeiras da anterior governação no plano social na situação de finalizar em poucos dias. O que fizemos foi garantir que não havia uma rutura num serviço que está a ser prestado, independentemente da apreciação mais profunda que pudéssemos ter sobre ele. Prolongámos por seis meses nos termos que estão a funcionar as Cantinas Sociais e desencadeámos um processo de estudo no sentido de poder vir a apresentar, e fá-lo-emos nas próximas semanas, uma reflexão e uma proposta de mudança que não desvalorize o problema das necessidades de apoio alimentar a setores mais frágeis da sociedade, mas que caminhe no sentido de uma maior autonomia das famílias e das pessoas na resposta a esses problemas. Não se trata de retirar o Estado dessa responsabilidade, mas de não a encarar de forma excessivamente assistencialista. Assistência não é uma expressão que me perturbe, mas sistema assistencialista sim... Julgo que há muitas famílias que podem e devem ser apoiadas de outras formas e que têm capacidade de, autonomamente, responder às suas fragilidades, desde que tenham um apoio público adequado e também do Setor Social. Alguns mostraram estranheza que tenhamos prorrogado o programa das Cantinas Sociais, mas seria uma irresponsabilidade provocar uma rutura sem preparação. O que me causou estranheza é que nada estivesse preparado para o dia 1 de janeiro. Vamos trabalhar com as instituições sociais e as suas representantes, porque quando se criam responsabilidades e dependências é preciso um tempo de reflexão para que não se criem situações de vazio.

Regressando ao tema da Cooperação, é intenção deste Ministério incluir os ministérios da Saúde e da Educação no próximo Protocolo com o Setor Social Solidário?

Sem dúvida, aliás já tivemos uma reunião conjunta com as instituições sociais com os ministérios da Saúde e da Educação e com o

Ministério das Finanças, que deve também fazer parte dessa relação, num espírito que foi fundado pelo Pacto de Cooperação para a Solidariedade que vai já para 20 anos. Foi um Governo do Partido Socialista que lançou este modelo organizado e ambicioso e que alargou as áreas da cooperação, por exemplo, com a Rede de Cuidados Continuados Integrados. Portanto, o espírito do Pacto de Cooperação será traduzido no novo período de cooperação, face ao qual definimos um conjunto de regras muito simples. Falamos de estabilidade, de previsibilidade, de rigor, de acompanhamento e também de inovação. Em resposta à sua pergunta, sim manteremos o espírito, iremos renovar este modelo de cooperação, com ambição de estabilidade, por isso deve ser plurianual, de maior profundidade e de rigor. E, principalmente, há um aspeto no qual sou acompanhado pela generalidade das instituições, que é o princípio da defesa da nossa intervenção conjunta contra o risco de uma seleção negativa. Isto é, o Setor Social vive sobre duas ambições: a de promover a coesão e a solidariedade e, outra, a de garantir a sua sustentabilidade. Ora todos nós temos que trabalhar em conjunto para que este segundo objetivo não ponha em causa o seu princípio fundador, que é o apoio aos mais carenciados.

Uma das primeiras medidas deste Governo foi o aumento do salário mínimo nacional, uma medida que as IPSS consideram justa, mas que cria sérios problemas, acrescidos por outros aumentos com custos de funcionamento, às suas situações económico-financeiras. Em que medida a Cooperação pode atenuar estas dificuldades?

Tenho a certeza, como referiu, que as instituições sociais serão das primeiras a solidariarem-se com este tipo de aumento, dos quais também são beneficiárias, porque a elevação do nível de rendimento das famílias também ajuda a sustentabilidade das instituições, não são só dificuldades. Sabemos bem o quanto foi doloroso para as instituições a quebra de rendimento que as famílias tiveram nos últimos anos e como isso se traduziu em dificuldades financeiras acrescidas. Gostaria de dizer que o aumento do salário mínimo foi acompanhado por uma medida de apoio às empresas, nas quais se incluem explicitamente as IPSS, que é a redução em 0,75 pontos percentuais da TSU. Talvez nem todas tenham conhecimento, mas é algo que existe. Este é uma medida que também abrange as instituições sociais, apesar de elas já terem uma taxa contributiva mais baixa do que os setores lucrativos da economia. É um apoio importante para as IPSS, que espero elas venham a utilizar em pleno. Depois, nas negociações dos Acordos de Cooperação levaremos em conta todos os aspetos da envolvente e também com as limitações financeiras que temos, mas levaremos em conta todos os fatores de custo que pesam sobre as instituições e muito brevemente será discutido uma atualização dos valores dos Acordos de Cooperação no sentido de ajudar a tal sustentabilidade económico-financeira das instituições, que é muito relevante.

Referiu o aumento do rendimento das famílias, mas quanto ao noticiado corte de 150 milhões de euros em apoios sociais...

Não vai haver nenhum corte de 150

milhões, aquilo que existe é a ambição de ser mais rigoroso na aplicação das prestações sociais. Tenho dado como exemplo, porque é uma das áreas em que iremos atuar com mais atenção, o facto de o Estado, em 2015, ter pago 200 milhões de euros de prestações indevidas, isto é, pagou prestações a pessoas que já não tinham objetivamente o direito a elas. Não estou a dizer que foram situações de fraude, mas são situações do sistema, que faz com que um valor tão elevado seja pago quando não o devia ter sido. O sistema deve melhorar o seu desempenho nessa área e este ano dedicaremos uma particular atenção ao subsídio de doença. Não iremos cortar prestações, nem alterar as condições de nenhuma das prestações no sentido da sua redução, nem aplicar nenhuma taxa, tudo o que aconteceu nos últimos anos. Não faremos nada disso, mas não nos demitiremos de fazer uma aplicação rigorosa dos dinheiros que são de todos. Depois de alargarmos as condições de acesso e os níveis de algumas prestações de combate à pobreza, não faria sentido avançar com limites, que também foi proposto no passado, com cortes ou com redução de direitos.

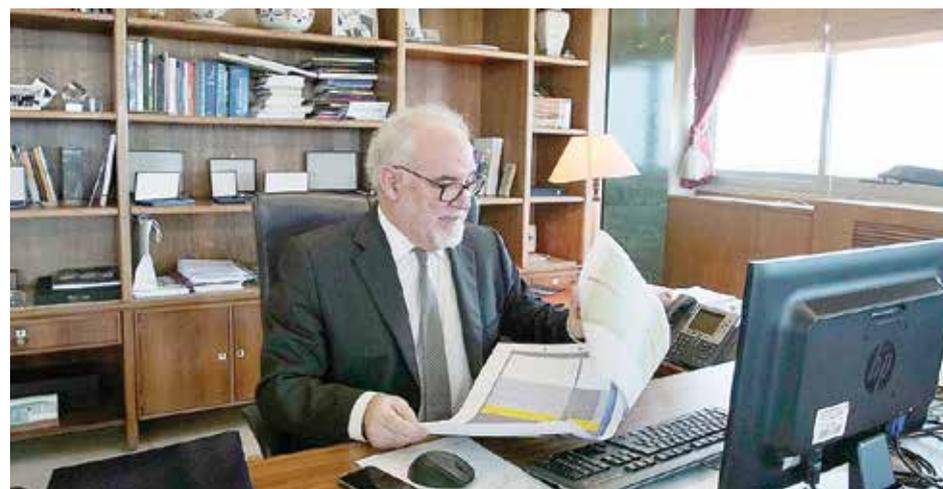
No contexto da Lei de Bases da Economia Social, o temor que o Setor Social Solidário sente de que o Estado possa demitir-se das suas funções tem fundamento?

Não é de todo a minha visão. A nossa Constituição identifica três setores na nossa Economia: o privado, o público e o social e cooperativo. Quando falo da necessidade de dar mais força à Economia Social, que passa por leis, mas por muitas outras coisas, falo da existência de zonas na nossa vida coletiva onde nem o setor privado, nem o Estado respondem às necessidades das comunidades. E essa é a área prioritária da Economia Social. O setor privado tem as, chamadas, falhas de mercado, o Estado cada vez mais tem algumas dificuldades em ter relações de proximidade com algumas das dificuldades que as comunidades sentem e, portanto, a Economia Social tem nesse espaço uma zona fundamental de desenvolvimento. Quero dizer de forma clara que não encaro o Setor Social como um elemento de redução do papel e da função social do Estado. Sem políticas sociais públicas o fardo que se colocaria sobre os ombros do Setor Social seria impossível de aguentar.

Entre outras premissas, este Governo destaca o combate ao desemprego e o combate à pobreza e exclusão social. Conta com as IPSS para estes combates e em que medida conta com elas?

Conto naturalmente e em várias dimensões. Começamos pelo emprego, em que o Setor Social tem tido um papel muito importante e crescente na criação de emprego, que tem várias características muito positivas. E quando combate o desemprego já está a ajudar a resolver os problemas da desigualdade e da pobreza, mas, no plano do combate a formas extremas de pobreza, as instituições sociais têm uma particular vocação para cooperarem com o Estado na diminuição da intensidade da pobreza.

Sobre as situações de coimas aplicadas a IPSS, concretamente no distrito de Viseu,



mostrou-se surpreendido e apelou a um maior bom senso e equilíbrio na ação do Estado. O que pode o ministro fazer ou já fez para que isso aconteça?

O que se passou foi a aplicação de coimas a instituições que estavam a desempenhar ações em valências face às quais tinham uma utilização superior à capacidade autorizada, não aos acordos de cooperação. Agora, toda a lei deve ser aplicada com ponderação e as valências não têm todas a mesma natureza, tanto quanto sei numa dessas instituições o que estava em causa era o Apoio Domiciliário, portanto não era uma ocupação excessiva de um lar ou de uma creche! Isto resulta de uma alteração à lei feita em 2014 e estamos a avaliar se a proporcionalidade que é exigível a qualquer lei está defendida naquela lei. O apelo que faço é que cumpramos a lei, que sejamos exigentes connosco próprios e com todos os que trabalhamos, mas que saibamos também usar o sentido da proporcionalidade e o bom senso na aplicação das leis.

Ainda a este propósito, o que pode o ministro fazer para uniformizar um pouco mais a ação dos Centros Distritais da Segurança Social, uma vez que são várias as situações de procedimentos diferentes para questões semelhantes entre eles?

Tenho tido ecos dessa preocupação e isso preocupa-me. Os Centros Distritais não são, como já foram, instituições autónomas, obedecem a uma direção comum que lhes é dada pelo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social. E o que espero do ISS é que seja capaz de garantir tão próximo da perfeição quanto possível uma equidade plena. Julgo que, para além desse aspeto, pretendo que a ação do Ministério seja, cada vez mais, assente em princípios conhecidos, em critérios claros, transparentes e iguais para todos. E nem sempre isso se tem passado. Não falo em irregularidades, mas nem sempre os critérios de atribuição e de alargamento dos acordos de cooperação são plenamente conhecidos. Como já fizemos com o programa PARES, o que vamos fazer é criar critérios claros, objetivos e aplicá-los à generalidade das instituições, tendo em consideração as diferenças territoriais.

Como caracteriza o relacionamento com a CNIS?

Vejo na CNIS uma associação que representa um setor muito importante da área social, com a qual tenho tido relações de grande

proximidade, de grande franqueza e frontalidade e tenho encontrado com frequência um parceiro que tem plena abertura para esse tipo de relação. Aquilo que nos une é o objetivo do bem comum e de combate às desigualdades, à pobreza e à exclusão. Sabemos quais são as nossas diferenças, que não nos podem dividir apreciações de natureza ideológica, porque elas não são para aqui chamadas, mas do ponto de vista dos interesses coletivos e dos objetivos movemo-nos na mesma direção. Poderemos nem sempre estar de acordo com todos os passos, mas isso é natural e salutar, e tenho aprendido muito com as instituições sociais e não me custa dizer que em muitos aspetos sou um defensor das instituições...

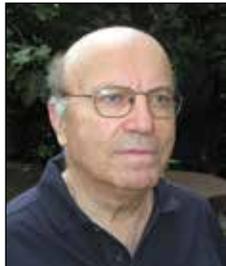
Nesse sentido, que mensagem pode deixar às instituições, que de algum modo ficaram preocupadas com algumas declarações de membros de partidos que suportam o Governo no Parlamento, como foi o caso de Catarina Martins que se referiu ao Setor Social como “uma rede clientelar sem escrutínio público”?

O Governo é apoiado por forças distintas que têm uma visão comum sobre as prioridades do País. Eu combaterei todas as tentações clientelares existam elas onde existirem e não vou dizer que não há riscos de relações de natureza clientelar no seio de um setor tão alargado como é o das IPSS. Mas como é que se combate esse risco de relações de dependência para alcançar determinado tipo de influência? Com transparência, com critérios claros e conhecidos e com franqueza nas relações. Por isso mesmo, se existirem relações claras, de confiança, de cooperação, não de substituição, não de criação de biombos, mas sim relações claras e transparentes e francas conseguiremos vencer esses riscos, como outros que já citei. A minha mensagem é de tranquilidade, porque o Setor Social não precisa de atitudes paternalistas, nem de benefícios desmedidos, porque ganhou o seu espaço na sociedade portuguesa. A sociedade portuguesa fica mais rica, mais desenvolvida e mais equilibrada com um Setor Social mais forte, mas também mais unido e mais cooperante entre si. É também uma mensagem que deixo, para que haja cooperação não apenas com o Estado mas também dentro do Setor Social.

Refugiados: de novo a rota mediterrânica

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA ajsilva@sapo.pt

O ministro alemão do Interior anunciou há dias, em Viena, que vão ser eliminados os controlos fronteiriços com a Áustria, estabelecidos numa altura em que o afluxo de refugiados atingiu números insuportáveis: pelo menos milhão e meio. Segundo aquele membro do executivo germânico, o número de refugiados acolhidos no seu país foi, no passado mês de Março, de “apenas” vinte mil, enquanto, no verão de 2015, se registaram oito mil entradas por dia. Razões mais que suficientes para Tomas de Maizerie, assim se chama o ministro, acreditar que a crise já tocou no fundo.



Naturalmente que os números conhecidos favorecem algum optimismo por parte do ministro e justificam que o seu governo tenha anunciado a intenção de eliminar os controlos fronteiriços com a Áustria. Isso não impede, no entanto, que muitos analistas achem demasiado apressada e optimista esta intenção declarada do governo da senhora Merkel, por entenderem que ela tem sobretudo a ver com a proximidade das eleições legislativas.

Embora tendo de enfrentar alguma resistência, ao longo dos últimos meses, mesmo de parte de dos seus próprios correligionários, a chanceler alemã, conseguiu impor uma política generosa de acolhimento, em contraste com a de grande parte dos responsáveis políticos europeus. No entanto os incidentes que mancharam as festividades da passagem de ano em Colónia e noutras cidades do país, e cuja responsabilidade foi atribuída, de imediato, a grupos de refugiados, contribuiu para atear o fogo da xenofobia e para atacar a política governamental nesta matéria. Foi a partir daí que ganhou outra força um novo partido, cujo nome não deixa dúvidas quanto à sua filosofia e aos seus objectivos: chama-se “Alternância para a Alemanha” ou AfD. E foi por essa altura que os números da popularidade da senhora Merkel baixaram sensivelmente.

Ora acontece que as sondagens mais recentes voltam a ser muito positivas para a chanceler, sinal de que as últimas iniciativas europeias relativas a uma solução para o problema dos refugiados, nomeadamente o acordo com a Turquia, foram bem acolhidas pela opinião pública alemã, pese embora o facto de alguns dos termos desse acordo, nomeadamente os que dizem respeito ao repatriamento, terem merecido fortes críticas de várias organizações humanitárias.

Do ponto de vista meramente político, a crise dos refugiados parece ter conhecido, nos últimos tempos, uma evolução positiva, pelo menos no que respeita a quantos procuram atingir os chamados “paraísos europeus” através da Grécia e da Turquia. Em contrapartida, a primitiva rota mediterrânica dos refugiados, com origem em países africanos, está claramente a ser reactivada. Basta ter em conta as últimas tragédias de que se fizeram eco os Meios de Comunicação Social. Mas essas parece não preocuparem tanto a comunidade internacional.

Foto: D.R.



Declaração Universal dos direitos humanos

PADRE JOSÉ MAIA jose.maia@cic.pt

Numa altura em que a Humanidade se sente agitada por ventos fortes de desigualdades gritantes e de atentados, em grande escala, à DIGNIDADE de milhões de cidadãos, permito-me recordar o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “ Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais. Todas as crianças, nascidas de matrimónio ou fora dele, têm direito a igual protecção social”.



Cá por este cantinho à beira mar plantado que importância se tem dado a esta DECLARAÇÃO?

Agora que o parlamento português dotou o Governo de instrumentos financeiros e condições de governabilidade sem sobressaltos, substanciados na aprovação do orçamento e programa de estabilidade, assiste-nos o direito de exigir que se cumpram promessas feitas em campanha eleitoral e não se continue a considerar que “quem é pobre tem vivido acima das suas possibilidades”, esquecendo que a causa principal de tanta pobreza e tantas desigualdades económicas e sociais são os “demasiados milhões de milhões de euros desviados para off-shores” que engordam a ganância dos muito ricos!

O verdadeiro “tsunami de desumanidades” que tem abalado o mundo, em todos os continentes, deixando-nos cenas lancinantes de milhões de refugiados à busca de sobrevivência, confrontando-nos com milhões de crianças com fome, com milhões de desempregados sem pão para a mesa das suas famílias, reclama um clamor mundial que denuncie estes atentados aos DIREITOS HUMANOS.

Que os ventos de mudança do “maio 68” voltem a soprar sobre esta nossa Europa, fazendo-nos acordar para as INDIGNIDADES com que milhões de pessoas estão a ser tratadas!

Uma Europa que se diz civilizada não pode continuar a permitir que cresça e engorde, cada vez mais, um sistema financeiro em roda livre que, impune e despudoradamente, ousa desviar as poupanças de milhões de pobres e remediados para paraísos fiscais, “privatizando os lucros” para os repartir pelos acionistas e “nacionalizando os prejuízos”, fazendo-os recair sobre os cidadãos indefesos, contando com a beneplácito de governos que são fracos com os fortes!

Não há direito de permitir a quem já se governou na vida (legitimamente, é certo) que invoque o acesso aos “direitos adquiridos”, esquecendo-se de que, desta forma, está a negar às novas gerações o “direito a adquirir direitos”.

A classe política e a maioria parlamentar, que tanto zelo tem dedicado (e bem) à defesa dos direitos de “alguns=os que já acesso a todos os direitos sociais” não deveria prestar mais atenção aos desempregados (claro que não pagam as quotas aos sindicatos!) e àqueles que ficam eternamente em filas de espera em tudo quanto são oportunidades no acesso a elementares direitos económicos e sociais?

Seria bom que todos os líderes da União Europeia valorizassem mais a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS na hora de apreciar e aprovar os orçamentos de cada país, assegurando que nunca permitirão que sejam os pobres a pagar as crises em que os ricos os meteram!

As armas e os barões (e as baronesas) assinalad@s

HENRIQUE RODRIGUES/Presidente do Centro Social de Ermesinde

1 - É certo que não estamos no Século XV, nem no Século XVI, em que Portugal, com as viagens das Descobertas, deu a conhecer novas terras do vasto orbe terráqueo ao mundo ocidental, num processo que é justamente qualificado como a primeira globalização a nível intercontinental.

Os dias são hoje menos épicos para o nosso País do que nesse passado já distante e dificilmente se imaginaria um qualquer vate contemporâneo propor-se cantar os feitos “valerosos” “das portuguesas e dos portugueses” que hoje vivem nesta ponta da Europa – como fez Camões, com “Os Lusíadas”.

Nem há feitos; nem há vate.

Mas antecipo as dificuldades que teria no manuseio dos múltiplos cambiantes da língua quem ousasse tal façanha, se tivesse de obedecer ao novo cânone linguístico que o Parlamento vai provavelmente aprovar, por proposta do Bloco de Esquerda.

Desde logo, na contagem das sílabas.

Andou o pobre do Camões a contar todos os versos – e são 8.816 versos, distribuídos por 1.102 estrofes (oitavas) -, para nenhum exceder, nem a nenhum falhar, o decassílabo.

Sempre com a mesma rima, em todas as estrofes dos 10 Cantos do Poema.

Ora, se formos decompor silabicamente o primeiro verso de “Os Lusíadas”, na versão conforme com os novos modismos, que encima esta crónica, teremos 15 sílabas, mais 5 do que as 10 sílabas da praxe.

E vá lá que a última sílaba não conta, por ser átona – porque ainda estou por saber como devemos pronunciar, no registo da oralidade, o(a) @ unificador do género que hoje é utilizado com cada vez maior profusão no registo escrito, acrescentado uma nova letra – a arroba - ao nosso velho alfabeto.

E também estou em que o acrescento, por muito respeito que tenha pela justa luta das palavras pela sua emancipação, retiraria força e intensidade poética ao mesmo verso.

Não só neste verso, claro.

Imaginemos, neste tempo português de ajustamento compulsivo, às ordens da ortodoxia teutónica, numa Europa que acolhe com reserva mental os velhos Países do Sul, que um novo épico quisesse retomar o voto de Camões: “Fazei, Senhor, que nem os admirados/Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses/Possam dizer que são pera mandados/ Mais que pera mandar, os Portugueses.”

Se, em vez de “Mais que pera mandar, os Portugueses”, o vate tivesse de escrever, de acordo com a nova ortodoxia, “Mais que pera mandar, os Portugueses e as Portuguesas”, que défice de eficácia retórica e de consistência poética não teríamos de assacar à variante ...?

Certamente maior do que o défice estrutural ...

2 – Como é da ciência geral, a língua pertence ao povo e é o povo que determina, pelo uso, a respectiva evolução.

Também os escritores, que têm por ofício o trabalho sobre as palavras, partilham esse privilégio de encaminhar a língua para novos horizontes.

As palavras da língua não constituem matéria de tráfico político de curto prazo e de vistas tão curtas como o prazo.

Como escreveu Carlos de Oliveira, “Quem vos ferir/ não fere em vão/ palavras”.

E, noutra passo de “Cantata”: “Rudes e breves as palavras pesam/mais do que as lajes ou a vida, tanto,/ que levantar a torre do meu canto/ é recriar o mundo pedra a pedra; /.../ ó palavras de ferro, ainda tento/ dar-vos a leve têmpera do vento.”

Ou ainda, do mesmo Autor, em “Sobre o Lado Esquerdo”: “Sim,/ conheço/ a força das palavras,/ menos que nada,/ menos que pétalas pisadas/ num salão de baile,/ e no entanto/ se eu chamasse/ quem dentre os homens me ouviria/sem palavras?”

3 – “Com palavras amo”, escreveu Eugénio de Andrade”, em “Ostinato Rigore”; ou ainda, em “Coração do Dia”: “São como um cristal, /as palavras./ Algumas, um punhal,/ um incêndio,/ Outras,/ orvalho apenas,// Secretas vêm,



cheias de memória./ Inseguras navegam:/ barcos ou beijos,/ as águas estremecem./ Desamparadas, inocentes,/ leves./ Tecidas são de luz/ e são a noite./ E mesmo pálidas/ verdes paraísos lembram ainda./ Quem as escuta? Quem/ as recolhe, assim,/ cruéis, desfeitas,/ nas suas conchas puras?”

E em “Mar de Setembro”: “... Serão palavras,/isto que aflora aos lábios?/ Palavras? Este rumor tão leve/ que ouvimos o dia desprender-se? / Palavras, ou luz ainda? ...”

“Menos que nada”, “mas quem dentre os homens me ouviria sem palavras?” “Desamparadas, inocentes, leves”, “rumor tão leve”

As palavras, e as suas combinações, com que nos entendemos uns aos outros, falantes de português, constituem um corpo delicado.

Não são matéria para agendas de falsas modernidades parlamentares, aproveitando o deslumbramento que a recente proximidade do poder suscita.

Deixem as palavras para quem sabe delas ...

4 - Li, no “Público” de sábado passado, no blog “tudo menos economia”, um texto de Francisco Louçã, agora revestido do estatuto senatorial de Conselheiro de Estado, também ele acolhido ao consenso hoje comum da invocação do Presidente da República como caução de boa conduta, lembrando com irónica indulgência a alocação deste na Sessão Solene do 25 de Abril, no Parlamento, referindo-se aos “Portugueses e Portuguesas”, em distinção elocutória de género, como argumento em benefício da virtude da proposta do BE, quanto ao pretendido Cartão de Cidadania, em sufrágio da não discriminação da linguagem em função do género.

(Estou, aliás, por saber por que razão o BE se contenta com a exigência da paridade de género na linguagem restrita à diferenciação clássica masculino-feminino, sendo certo que a identidade de género, mesmo à face da lei em vigor, já contempla um muito mais amplo e vário elenco.

Embora, sem ironia, me falte capacidade para encontrar, em códigos linguísticos de mais amplo espectro, solução cabal para essa subtil questão.

Na verdade, em algumas línguas, persiste o género neutro, além do masculino e do feminino, na flexão dos nomes das coisas.

Mas prefiguro que quem se reconheça em identidades de género diversas do feminino e do masculino não pretenda para a definição do seu estatuto uma nomeação tão anódina, cinzenta e indiferenciada como é a que vem associada ao neutro.

Aí teríamos uma nova discriminação ...)

Para nos mantermos no registo do império legislativo sobre a língua, espero que o Conselheiro de Estado Francisco Louçã persevere em idêntica indulgência em relação ao novo Presidente da República, quando este retomar o debate sobre o Acordo Ortográfico, a pretexto de o mesmo Acordo não ter sido ratificado, nem por Angola, nem por Moçambique – sendo o Bloco de Esquerda, a par das editoras que, em regime de duopólio, dominam o mercado do livro escolar, como é sabido, o grande defensor, no espectro partidário, desse Acordo desasado.

Só o Brasil pretende o Acordo Ortográfico – votado em seu tempo pelos respectivos deputados, cujo nível intelectual e político tivemos ocasião de verificar, há dias, na televisão, quando os mesmos foram chamados a votar, um a um, o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Irmãos de armas dos defensores domésticos do Acordo – e também talvez da Guiné Equatorial ...

O clima geral do País só tem a ganhar com a descrepitação – como lhe chama o Presidente da República.

Deixem que a língua seja o primeiro dos consensos – e principalmente não a entreguem nas mãos de aprendizes de feiticeiro (outra vez Carlos de Oliveira).

Como escreveu José Carlos Ary dos Santos:

“Vade retro/ vá de metro/ vá de burro passear/ mas não leve o alfabeto/ que se pode constipar.”

Ato revolucionário em prol da solidariedade social



O Casal Popular da Damaia, no concelho da Amadora, nasceu de um ato revolucionário, como muitos que aconteceram no pós-Revolução de Abril de 1974, com a população a ocupar o abandonado Casal do Ulmeiro no sentido de ali instalar um conjunto de serviços de que a população carecia.

Desde início o apoio à infância e à terceira idade e a criação de um posto médico eram os objetivos prioritários e que começaram a tomar forma quando em Março de 1975, em pleno PREC (Processo Revolucionário Em Curso), a população se reuniu e decidiu ocupar a quinta abandonada, onde apenas cresciam mato e urtigas.

“O nosso caso é uma situação sui generis das muitas que aconteceram na altura do PREC, porque se mantém até aos dias de hoje. Penso que isso se deveu à generosidade do ato inicial, mas desde o início foram tudo foi feito para que corresse bem”, começa por contar João Caixado, atual presidente da instituição, que recorda ainda: “Isto era uma quinta abandonada e as pessoas reuniram-se para fazer alguma coisa de útil. Na altura esse grupo de pessoas pensou em fazer um jardim-de-infância, um Centro de Dia, que nesse tempo ainda não se chamava assim, era um local para os idosos passarem o

dia, e um Posto Médico, pois na altura ainda não havia Serviço Nacional de Saúde”.

A forma de organização que a população escolheu foi a de uma cooperativa, algo muito comum naqueles tempos. Nascia, então a Cooperativa Vencer cujos membros trataram de limpar o espaço para que ali se instalassem os serviços que desejavam.

Logo de início o projeto recebeu o apoio da Câmara Municipal, que negociou com os proprietários do Casal do Ulmeiro, a família Botelho Moniz, antigo ministro de Salazar, e foi feita uma permuta, com a autarquia a assumir a propriedade do espaço, cedendo outros terrenos à família.

“O Casal do Ulmeiro estava devoluto, mas com esta permuta a questão legal ficava ultrapassada, passando a autarquia a ser a legítima proprietária do Casal que, depois, cedeu à Associação, na altura ainda Cooperativa Vencer. Ainda em 1976, ou seja, um ano depois da criação da Cooperativa, o Governo atribuiu-lhe o estatuto de Utilidade Pública”, sublinha João Caixado, que acrescenta: “Tudo começou com um ato revolucionário em 1975, mas um ano depois estava legalizado e reconhecido como de Utilidade Pública pelo Estado”.



Então, a 1 de Junho de 1976, Dia Internacional da Criança, é inaugurado o jardim-de-infância, sendo pouco tempo depois ali também criado o Posto Médico, que funcionava com médicos voluntários.

“O arranque dá-se pela área da infância porque era a necessidade prioritária, pois não havia nada na zona”, refere o líder da instituição, que em 1986 deixa de ser uma cooperativa para se tornar na Associação de Solidariedade Social Vencer e desta forma adquirir o estatuto de IPSS.

“As coisas no início foram andando com muita carolice e muitas limitações”, lembra João Caixado, mas o novo estatuto e a integração no sistema de Segurança Social deram novo fôlego à instituição e “as coisas começaram a equilibrar-se de forma a expandir-se naturalmente”, pois começaram a chegar os apoios financeiros protocolados com o Estado.

Em 1987 é inaugurado o ATL, construído com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, e inaugurado por Manuela Eanes, à altura presidente do IAC (Instituto de Apoio à Criança).

Uma década volvida, em janeiro de 1997, é criado o Centro de Dia, com capacidade para 40

idosos, “com a particularidade de ter sido o primeiro do género no País, ou pelo menos esteve na primeira linha do surgimento desta resposta como a conhecemos hoje”, frisa o presidente da instituição com orgulho. Algum tempo passado foi igualmente criado o Serviço de Apoio Domiciliário, a outra resposta à terceira idade.

Já no corrente Milénio, a instituição avançou para a criação de uma creche, estávamos em 2007.

Hoje, o Casal Popular da Damaia trabalha cinco respostas sociais, a saber: Creche com 34 crianças, Pré-escolar com 80, e ATL com 100; e Centro de Dia com 80 seniores e SAD com 35 utentes.

“Temos atuado sempre no prisma de não crescer por crescer, não dar passos maior do que a perna porque podemos cair, mas face às várias necessidades a cada momento vamos procurando alargar as valências, dentro do financiamento disponível. Os custos não são todos pagos pelos utentes, pelo que têm que ser suportados pelos subsídios, daí que o crescimento tem que ser sempre dentro desta lógica”, sustenta João Caixado, sublinhando a grande procura junto da instituição: “Temos sempre





locação esgotada e uma grande lista de espera nas várias valências”.

Com uma grande dependência financeira dos subsídios oficiais (55% do ISS e 10% da Câmara Municipal) e das participações dos utentes (35%), o Casal Popular vive atualmente uma situação financeira “boa e controlada”.

“Não temos objetivos lucrativos, pelo que não medimos a nossa atividade pelo dinheiro que temos em caixa ou no banco, mas temos uma estrutura financeira saudável e equilibrada. Não temos dívidas, não vivemos em luxos, mas as nossas receitas permitem satisfazer as nossas necessidades”, afirma o presidente da instituição, que, no entanto, lembra que as dificuldades estão sempre presentes: “Os investimentos são sempre muito ponderados para não haver rutura. Não temos tido problemas financeiros, mas isto não quer dizer que não haja

dificuldades. Tem havido alguma retração no financiamento das entidades oficiais e um aumento da percentagem dos utentes, mas com a crise deparámo-nos com diversos casos sociais graves. Tivemos, inclusive, o caso de um casal que estava no escalão máximo e, de repente, ficaram os dois desempregados. Nesses casos tentamos acompanhar as famílias para avaliarmos a real situação em que se encontram, encontrando aí o valor do que podem pagar. Procuramos sempre que as questões económicas não sejam impeditivas de acolhermos as crianças ou os idosos”.

Para João Caixado o trabalho da instituição não envolve “luxos, mas procura ter um serviço de qualidade e o melhor possível”. Nesse sentido, a instituição qualificou as respostas e obteve mesmo a certificação da qualidade, entretanto perdida.

“Empenhámo-nos em obter a certificação de qualidade e, em 2007, conseguimos-a, mas entretanto houve uns problemas e perdemo-la, mas estamos de novo a tentar obtê-la. No entanto, a política e os objetivos mantêm-se com carimbo ou sem carimbo e são servir o melhor possível com os meios que temos, procurando qualificar os profissionais de forma contínua e isso traduz-se na qualidade do serviço, o que é reconhecido. Temos um nível de satisfação muito bom e no meio envolvente a Associação é uma referência”, afirma com satisfação.

Esta situação ganha relevo quando se fala do ATL. Aquando do prolongamento do horário escolar decretado pelo Governo em 2007, a instituição deparou-se com uma situação difícil, ficando na iminência de ter que fechar a resposta e enviar alguns dos colaboradores para o desemprego. Porém, de uma situação muito difícil, a instituição conseguiu dar a volta e oferecer uma resposta mais robusta e que é bastante importante pelo número de crianças que a integram.

“De facto, de uma situação em que as crianças vinham para aqui e tinham as atividades e a alimentação passou-se a outra em que elas começaram a ficar na escola e, por isso, houve muitos ATL que fecharam. Do pessoal do ATL ainda conseguimos colocar alguns em outras valências, mas havia seis que não conseguimos”, recorda João Caixado, revelando a solução encontrada: “Tivemos que nos adaptar e nos aliar à outra parte, que é a Câmara Municipal da Amadora, que não tinha estrutura pelo que tinha que contratar. Então, os nossos profissionais estão nas escolas a fazer o acompanhamento das crianças da Primária”.

Aproveitando o facto de a autarquia não ter estrutura para assegurar o prolongamento de horário, a instituição estabeleceu um protocolo em que continua a assegurar a resposta, só que agora nas instalações escolares. Mas atenta à realidade, a instituição não se ficou por aqui e encontrou forma de dar maior dimensão a este apoio à infância e às famílias.

“Então, surge o Elfo Juvenil que é o alargamento desse serviço para o antigo Ciclo Preparatório, ou seja, abrangendo crianças até aos 12 anos. Esta é uma resposta que não está prevista, ou seja, é uma resposta atípica, pelo que tem que ser suportada pela instituição e pelos pais. Estas valências funcionam igualmente nas escolas, mas em pausas letivas é aqui nas nossas instalações. Nas férias escolares isto é uma festa”, afirma João Caixado, que sublinha o facto de, desta forma, o quadro de pessoal, em vez de diminuir, ter aumentado: “Para assegurar estas respostas tivemos ainda que contratar dois monitores, pelo que depois de alguma angústia inicial pelos trabalhadores que tinham o lugar em risco, acabámos por ter que aumentar o número de funcionários”.

Esta parceria com a autarquia no que toca ao ATL é extensível a outras áreas, pois a relação entre a instituição e as demais entidades locais é profícua: “Há uma grande parceria com a Câmara que sempre que lança algum projeto de cariz social sabe que pode contar connosco. E não só com a autarquia, mas também com as escolas e com as outras coletividades da freguesia. Procuramos empenhar-nos para que as instituições se complementem e trabalhem em

parceria e temos tido bons relacionamentos e muita entreatajuda”.

Sem capacidade financeira para avançar com grandes investimentos, a instituição tem como projeto permanente a adequação das instalações. Mesmo assim, há situações que estão a ser alvo de intervenção.

“Há duas questões em que estamos muito envolvidos, por um lado concretizar o projeto de segurança, um investimento relativamente caro, mas que é necessário, e, por outro lado, temos ainda o projeto da cozinha. Atualmente temos uma cozinha que na altura em que foi feita respondia às necessidades, mas já é insuficiente e é necessário adaptá-la às novas exigências da qualidade e segurança alimentar. Já temos o projeto feito, entregue e aprovado em termos técnicos pela Segurança Social, falta aprovar o financiamento. Este é um projeto que já tem dois anos, mas a crise retraiu os investimentos e estamos à espera que agora o processo avance. Esperamos que com os fundos do Portugal 2020 surja algum financiamento e, eventualmente, com algum apoio complementar da Câmara. Este projeto é importante não só para adequar a cozinha às normas, mas também para ir ao encontro de uma necessidade, que é o fornecimento de refeições a outras instituições. Isto é algo que já fazemos, mas as necessidades hoje são maiores”, revela João Caixado, que ambiciona ainda outra coisa para breve: “Outro grande projeto que temos é o de alargar o SAD para o fim-de-semana, mas isso implica financiamentos adicionais e também estamos à espera de melhores dias. Este é um projeto que também se interliga com o da ampliação da cozinha”.

Mais desejo do que projeto, propriamente dito já em marcha, a instituição gostaria de construir uma ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), mas volta a deparar-se com o obstáculo chamado financiamento.

“A instituição tem as demais valências típicas para a terceira idade, mas não tem um lar e há muita necessidade na Damaia, porque é uma zona muito envelhecida e na freguesia não há nenhum lar. Sente-se muito essa necessidade, a instituição tem espaço, mas este seria um projeto para as entidades oficiais apoiarem e nós contribuímos com o *know-how* e com o espaço”, sustenta o presidente da Associação Vencer, que lembra ser este um pedido frequente dos utentes da instituição: “Mantemos a construção de um lar nos objetivos porque é algo que os nossos utentes do Centro de Dia referem bastante, pois sentem-se bem aqui, mas dizem que faz falta uma estrutura que os possa acolher quando as dificuldades foram maiores”.

Satisfeito com a prestação que a instituição tem tido ao longo de 41 anos, celebrados no passado mês de março, João Caixado não deixa de destacar o papel dos colaboradores para esse bom desempenho.

“Há que reconhecer que o bom serviço da instituição se deve também à equipa de funcionários, que é dedicada e empenhada, funcionando a Direção mais como árbitro”, sublinha o líder da instituição.

[*n.d.r.* - Por um lamentável erro, na edição anterior a reportagem sobre o Casal Popular da Damaia saiu truncada, por esse motivo o Solidariedade apresenta desculpas aos envolvidos e aos leitores]

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Mortalidade em Portugal aumentou em 2015

A mortalidade em Portugal aumentou 3,5% em 2015, face a 2014, tendo a maioria dos óbitos ocorrido em idades avançadas e nos meses de inverno, segundo as Estatísticas Vitais do INE. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, foram registados, o ano passado, 108.511 óbitos, mais 3.668 face ao ano anterior (104.843). Da totalidade de óbitos registados em 2015, 54.158 eram mulheres e 54.353 homens.

Do total das mortes registadas em 2015, 84,9% das vítimas tinham 65 e mais anos, adiantam os dados do INE, precisando que destes, mais de metade (57,7%) tinham 80 e mais anos.

Os dados mostram que o número de mortes de pessoas com idades entre os zero e os 39 anos tem vindo a diminuir nos últimos cinco anos, representando 1,7% do total de mortes em 2015 (1,9% em 2014 e 2,7% em 2010).

As estatísticas do INE referem que “o

número de óbitos mostra um padrão sazonal, apresentando regra geral valores mais elevados nos meses de inverno e atenuando-se na primavera e verão”.

Em 2015, o mês de janeiro foi aquele em que se observou o maior número de óbitos, seguido de fevereiro, referem os dados baseados na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até março de 2016

Dos valores registados de nados-vivos e óbitos em 2015 resulta um saldo natural de -23.011, acentuando-se face ao verificado em 2014 (-22.423), mantendo-se assim, pelo sétimo ano consecutivo, um saldo natural negativo em Portugal.

MAIS CASAMENTOS

O número de casamentos aumentou ligeiramente em 2015, quando se realizaram 32.393 matrimónios, 350 dos quais entre pessoas do mesmo sexo.



Fotos: D.R.

As Estatísticas Vitais do INE referem que, em 2015, realizaram-se em Portugal 32.393 casamentos, mais 915 (2,95 por cento) do que em 2014, quando ocorreram 31.478 matrimónios.

O INE adianta que este “aumento veio contrariar a evolução do número de casamentos dos últimos anos, em que se registou uma diminuição”.

Entre 2010 a 2014, a quebra mais significativa verificou-se em 2011, com uma taxa de variação negativa de 9,9% face a 2010,

referem as estatísticas, avançando que ocorreram 32.043 casamentos entre pessoas de sexo oposto.

Os dados mostram também que se realizaram 350 casamentos entre pessoas do mesmo sexo no ano passado, mais 42 do que em 2014.

Dos 350 casamentos entre pessoas do mesmo sexo, 223 foram entre homens (mais 42 do que em 2014) e 127 entre mulheres (número idêntico ao de 2014), de acordo com o INE.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

100% CLIENTES SATISFEITOS

DEMONSTRAÇÕES Sem compromisso **GRÁTIS**

40 aplicações

- CONTABILIDADE ESNL
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (AT)
- IMOBILIZADO ESNL
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA [ACSS]
- ORDENADOS
- UNIDADES DE SAÚDE
- PROCESSOS CLÍNICOS
- STOCKS

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA [Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores]
- QUALIDADE - Processos Chave Terceira Idade, Infância e Juventude
- VIATURAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
- ... entre outras

software ipss

economia social

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS

deixe a informática connosco, as pessoas precisam de si

junto das

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS



ASSISTÊNCIA REMOTA
Novo conceito via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

www.tsr.pt - tsr@tsr.pt
tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
Lameiras - 4836-908
Guimarães

SOBRE A DESIGUALDADE

A falsa neutralidade dos mercados

JOSÉ FIGUEIREDO/Economista



Não há dia que não saia um novo indicador a apontar no mesmo sentido: as sociedades em que vivemos, as sociedades de capitalismo avançado, são cada vez mais desiguais. A cada dia que passa aumenta a desigualdade entre capital e trabalho e, dentro do trabalho, entre os salários mais altos e os mais baixos.

O reconhecimento desta realidade deixou de ser um tema controverso. Mesmo os mais conservadores ou liberais, seja no plano do pensamento político ou do pensamento económico, reconhecem a realidade e não duvidam que é necessário dar-lhe luta.

Não se estranhe, por isso, que medidas fortes de combate à desigualdade estejam, em muitos casos, a ser assumidas por governos conservadores. Por exemplo, no Reino Unido, o atual governo conservador vai aumentar o salário mínimo numa proporção que podemos considerar histórica. Foi um governo conservador (da Sra. Merkel) que decretou o primeiro salário mínimo legal, de âmbito nacional, na Alemanha.

Apenas uma ínfima minoria de radicais ainda defende que o aumento da desigualdade é apenas o resultado de uma saudável dinâmica dos mercados e que o melhor é fazer rigorosamente nada.

O que os radicais nos dizem é que se o mercado, provavelmente seguindo um critério de produtividade marginal, determina que o CEO de uma grande cotada ganhe num mês o que um trabalhador médio da mesma empresa ganha numa vida inteira, não há nada a objetar.

O argumento da produtividade marginal é, em larga medida, uma treta sobretudo quando pensamos nos salários com sete, oito ou mesmo nove algarismos (também existem).

Como medir a produtividade marginal de Tim Cook, o CEO da Apple? Qual a balança de precisão que se utiliza para tal medição?

Eu não tenho como demonstrar cientificamente, seja por raciocínio dedutivo, seja por evidência empírica esmagadora, que o argumento liberal/radical está errado. Contudo tenho como fundamentar as maiores dúvidas.

Se o argumento da produtividade marginal, absolutamente excepcional, das criaturas que ascendem aos cargos de CEO das grandes cotadas, fosse verdadeiro, deveríamos assistir a uma relação muito clara entre as respetivas remunerações e a performance das companhias. Quando mais os Presidentes Executivos (CEOs) ganharem melhor deve ser o desempenho das empresas.

Acontece que toda a evidência empírica está longe de mostrar tal relação positiva entre remuneração das administrações e resultados das companhias.

Um estudo recente, conduzido por algumas das melhores universidades americanas, mostra que os salários dos Presidentes Executivos (CEO) estão negativamente correlacionados com a performance das ações nos 3 anos seguintes – ou seja, quanto mais ganham os CEOs, pior para os acionistas!

Mais. O mesmo estudo mostra como o efeito negativo é tanto maior quanto maior é a disparidade entre o salário do CEO e o dos seus pares e tanto maior quanto maior é o tempo de permanência no lugar.

Não posso prová-lo mas acredito que isso tem que ver com arrogância alimentada a dinheiro fácil e super confiança que leva a decisões de investimento ruins. A hubris não é um defeito exclusivo dos heróis das tragédias gregas!

Mas vamos admitir que tudo isto não era mais que o resultado da dinâmica do mercado e que as desigualdades a que assistimos são apenas o reflexo de produtividades marginais diferenciadas.

Defendo a tese de que, mesmo que isso fosse verdade, isso não deveria deixar descansado mesmo o mais liberal dos liberais. Como tentarei demonstrar os mercados não são moralmente neutros e nunca poderiam constituir uma última ratio.

Partimos do princípio de que um bem ou serviço não se altera no seu valor ou no seu conteúdo pelo facto de ser objecto de uma transacção mercantil - acreditamos que uma laranja não perde o sabor nem o valor alimentar pelo facto de passar dos activos do Eng. Belmiro de Azevedo para o meu carrinho de compras no supermercado.

Contudo, embora esse princípio de neutralidade pareça mais ou menos evidente, a verdade é que podemos imaginar bens e serviços cujo valor seria puro e simplesmente destruído pelo facto de serem transaccionados numa perspectiva mercantil.

Imaginemos que a Academia Sueca colocava em leilão um prémio Nobel – ficava para quem desse mais. Ou que a Universidade de Harvard leiloava doutoramentos honoris causa.

É evidente que o facto de serem transaccionados num mercado lhes retiraria todo o valor – sabendo que tinham sido comprados, nem o prémio Nobel nem o doutoramento teriam qualquer valor.

Estes são casos extremos, no entanto, são conhecidos muitos casos, mais subtils ou inesperados, em que a transacção mercantil alterou radicalmente o valor dos bens e serviços.

Num determinado infantário, em Israel, vivia-se o drama dos pais que chegavam

tarde para recolher os seus filhos. Como os funcionários não podiam pura e simplesmente abandonar as crianças, acabavam por fazer muitas horas extra não remuneradas além de que a sua vida pessoal ficava perturbada.

O infantário lembrou-se então de aplicar uma multa monetária para os pais atrasados pensando que a sanção económica melhorava o caso.

Aconteceu o contrário. A partir do momento em que chegar atrasado deixou de ser a violação de um dever moral mas um quase direito, que se pagava a determinado preço, os pais atrasaram-se cada vez mais.

Na Suíça ocorreu também um caso curioso. Foi escolhido um certo local para depósito de resíduos nucleares. A população local foi chamada a deliberar se aceitava a localização do depósito tendo a maioria dito sim. De facto, tendo-lhes sido demonstrado que era mesmo o melhor local disponível no país, independentemente do desconforto para quem lá vivia, a maioria dos residentes aquiesceu.

Mais tarde foi decidido atribuir algumas compensações materiais aos habitantes do local. Curiosamente a maioria passou a ser contra a instalação do depósito. Uma coisa era um dever moral de tolerar a instalação em nome do bem colectivo, outra coisa era ser pago para isso.

A questão da recolha de sangue também dá que pensar. Há países como Portugal ou o Reino Unido onde todo o sangue utilizado para fins medicinais é resultado de dádivas voluntárias. Já nos Estados Unidos, uma boa parte do sangue recolhido é pago aos cidadãos que o cedem nos postos de recolha. É frequente, na vizinhança dos casinos, a existência de casas de penhores e, não longe destas, de postos de recolha de sangue – a escada da degradação devidamente completa.

Seria de esperar que o sistema americano fosse superior em termos de segurança de abastecimento e qualidade do sangue. Contudo, é exactamente o contrário – os países que seguem a via das doações totalmente voluntárias têm mais segurança de abastecimento e mais qualidade do produto.

Ou seja, a neutralidade moral dos mercados é uma fábula – há casos em que a mercantilização corrompe a realidade que está subjacente à transacção.

Mesmo nos casos em que a transacção não altera o conteúdo dos bens ou serviços, isso não significa que os mercados sejam neutros.

Vejamos o caso da mercantilização dos órgãos para transplante. Um rim saudável que é comprado tem o mesmo valor funcional que um rim saudável doado voluntariamente.

Pode até dizer-se que a existência de um mercado de órgãos humanos poderia salvar vidas. Pode acontecer que a doação voluntária não esteja disponível mas que um pagamento considerável convença alguém a vender o órgão e assim salvar uma vida.

Talvez! Mas, independentemente da perspectiva utilitarista, não devemos esquecer dois outros pontos de vista: o da justiça das transacções e o da corrupção dos valores.

A ideia de que os mercados são moralmente neutros assenta no pressuposto que as transacções nos mercados são feitas por adultos conscientes e livres.

Não é garantido que quem vende um órgão o esteja a fazer em liberdade – porventura é alguém pobre, ou muito pobre, que desesperadamente precisa de dinheiro para que ele próprio ou sua família sobrevivam. Tenho as maiores dúvidas que num tal mercado as transacções sejam justas e entre iguais.

Mas ainda que o fossem isso não significava que não houvesse um problema moral. Vender órgãos humanos é vender algo que o processo de venda corrompe dada que se trata de algo protegido por valores maiores – a dignidade que atribuímos à vida humana é incompatível com venda em mercados.

Podemos encontrar um caso semelhante na prostituição. Vamos admitir que todos os seres humanos que se dedicam a essa prática o fazem por livre e espontânea vontade como adultos conscientes. Talvez nesse cenário até pudéssemos sobrelevar o tema da justiça. Contudo, todos sabemos que não é verdade. Grande parte (para não dizer a maioria) dos casos de pessoas que se dedicam à prostituição resulta de redução à quase escravatura, de tráfico humano da mais miserável origem ou de condições económicas muito severas.

Seguramente temos um problema de justiça. Mas, mesmo que não tivéssemos, creio que é muito evidente que temos um problema de corrupção. As relações sexuais entre seres humanos são algo que se corrompe no processo mercantil mesmo que acreditássemos que se trata de uma transacção entre adultos livres e conscientes.

A neutralidade moral dos mercados é uma fábula, uma fábula conveniente atrás da qual se albergam práticas absolutamente condenáveis e que é nosso dever não deixar de condenar por mais que nos queiram desmoralizar com critérios de eficiência e quejandos.

O que vimos nos últimos anos em Portugal deveria ser o bastante para nos pôr em guarda!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





Só a fé te pode salvar...

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 - **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PARLAMENTO EUROPEU

Faltam regras sobre trabalho doméstico e prestação de cuidados não profissionais

O Parlamento Europeu (PE) pediu aos Estados membros da União que estabeleçam regras sobre o trabalho doméstico e prestação de cuidados a idosos, crianças e deficientes, incluindo licença laboral, pagamento e proteção social.

Os eurodeputados pediram à Comissão que apresente legislação europeia “sobre uma licença para prestadores de cuidados e um quadro para o reconhecimento do estatuto de prestadores de cuidados não profissionais, que lhes proporcione uma remuneração e normas mínimas de proteção social durante o tempo em que exercem estas tarefas”, segundo um comunicado do Parlamento.

Um relatório da Comissão Parlamentar dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, aprovado em plenário com 279 votos a favor e 105, apela ao reconhecimento a nível da União Europeia (UE) do trabalho doméstico e de prestação de cuidados como verdadeiro trabalho, explica-se no comunicado.

Nele acrescenta-se que esse trabalho afeta sobretudo as mulheres e não é “apreciado, nem em termos monetários nem em termos de reconhecimento do seu valor”, e que mais de 20 milhões de europeus, dois terços mulheres, têm a cargo adultos dependentes, pelo que não podem trabalhar a tempo inteiro e por isso ganham menos.

Segundo o documento, os eurodeputados querem “regras comuns para o trabalho doméstico e de prestação de cuidados”, incluindo um quadro geral para a profissionalização do trabalho doméstico e da prestação de cuidados, uma diretiva sobre “licença para prestadores de cuidados” e um quadro para o reconhecimento do “estatuto de prestadores de cuidados não profissionais”.

O PE, ainda segundo o comunicado, defende que os Estados desenvolvam “sistemas de declaração simples”, para desencorajar o trabalho não declarado, e recomenda que a Comissão promova a troca de boas práticas, como as

introduzidas sobre esta matéria na Bélgica e em França.

O documento aprovado fala ainda das mulheres migrantes que prestam serviços domésticos, apelando para criação de medidas que impeçam maus-tratos e violência e pagamentos irregulares.

Dados da Organização Internacional do Trabalho citados no documento indicam que há 2,5 milhões de trabalhadores domésticos na UE, 88 por cento dos quais mulheres.

Em 2012, Portugal, Espanha, Itália, França e Alemanha eram os países com mais trabalhadores domésticos, segundo estimativas da Comissão.

EUROSTAT

Ainda faltam diplomados em Portugal

O número de diplomados do ensino superior em Portugal, entre os 30 e os 34 anos, subiu de 12,9% em 2002 para 31,9% em 2015, mas ainda longe do objetivo da estratégia Europa 2020 (40%), segundo o Eurostat.

Por outro lado, a taxa de abandono escolar precoce caiu de 38,5%, em 2006, para 13,5%, em 2015, sendo a meta para 2020 de 10%.

Neste indicador, a média da UE é de 11%, em 2015, valor que comprara com os 15,3% de 2006 e já próximo do objetivo de 10% traçado para 2020.

Segundo o gabinete de estatísticas da UE, o número de licenciados aumentou, na média dos 28 Estados-membros, de 23,6%, em 2002, para 38,7%, em 2015, sendo o objetivo para a Europa 2020 de 40% de diplomados com idades entre os 30 e os 34 anos.

Em 2015, mais de metade da população entre os 30 e os 34 anos tinha concluído os estudos superiores na Lituânia (57,6%), no Chipre

(54,6%), na Irlanda e no Luxemburgo (52,3% cada) e na Suécia (50,2%).

No outro extremo da tabela estão a Itália (25,3% de licenciados), a Roménia (25,6%), Malta (27,8%) e a Eslováquia (28,4%).

Doze Estados-membros chegaram já aos objetivos nacionais para 2020: a Dinamarca, a Estónia, a Grécia, Chipre, a Letónia, a Lituânia, a Hungria, a Holanda, a Áustria, a Eslovénia, a Finlândia e a Suécia.

Em relação ao abandono escolar precoce, as taxas mais baixas foram registadas na Croácia (2,8%), na Eslovénia (5,0%), em Chipre e na Polónia (5,3% cada), bem como na Lituânia (5,5%), enquanto as mais altas se observaram em Espanha (20,0%), em Malta (19,8%) e na Roménia (19,1%).

Treze Estados-membros chegaram já à meta nacional para 2020: Dinamarca, Irlanda, Grécia, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Áustria, Eslovénia e Suécia.

Foto: D.R.



Ótima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL